

A TARDE

O jornal de toda Bahia

COVID-19 Secretário estadual Manoel Vitorio foi o entrevistado do programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM**'NUNCA ENFRENTAMOS NADA PARECIDO ANTES', DIZ SECRETÁRIO DA FAZENDA****YASMIN HONHENFELD**

Com a crise econômica devido à pandemia do coronavírus, a Bahia deve perder cerca de R\$ 2 bilhões em arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo informações do Instituto dos Auditores Fiscais. Em entrevista ao programa Isso é Bahia, na Rádio A TARDE FM, o secretário da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA), Manoel Vitorio, avaliou que a situação é imprevisível.

O secretário comentou que a Bahia se preparou desde o início do ano, ao analisar o impacto econômico em decorrência da pandemia na Ásia e Europa.

"Nós tomamos medidas, que foram ampliadas em marco, em relação à contenção de gastos e redirecionamento da nossa fiscalização. Então, nós estamos focando mais em alguns setores em termos de fiscalização. Nós tivemos também diversas ações de redução de despesas, agora preservando e aumentando inclusive a despesa nas áreas de saúde e social", afirmou o secretário.

Questionado sobre quais setores irão sofrer um impacto maior com a pandemia, o secretário pontuou que as áreas de apoio já foram afetadas.

"Todas as áreas, com exceção da Saúde e aquelas que



Manoel Vitorio diz que situação é imprevisível

são ações sociais diretamente voltadas à mitigação dos efeitos da Covid-19, em que esses recursos foram até ampliados. Nós já investimos R\$ 524 milhões, sendo que R\$ 349 milhões direto do Tesouro, isso no ambiente de queda de arrecadação. O esforço do estado é grande. Já enfrentamos enormes desafios no passado, mas nada parecido com esse", pontuou Manoel Vitorio.

De acordo com o secretário estadual da Fazenda, a prioridade é manter a máquina funcionando com os serviços essenciais para dar assistência à população, como ampliação de leitos, colocação de unidades para que pessoas com o nível socioeconômico baixo possa se locomover de sua residência e ter um local para receber auxílio no tratamento.

Bahia deve perder cerca de R\$ 2 bilhões em arrecadação do ICMS

Prioridade é manter a máquina funcionando, diz secretário

Shirley Nolas / Ag A TARDE / 09.05.2020

Veículo: A Tarde	Caderno: Capa
Data: 14/05/2020	Página: A1

A TARDE
O jornal de toda Bahia



NOVO CORONAVÍRUS

Secretário da Fazenda diz que situação é imprevisível

O secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Manoel Vitorio, disse ontem, em entrevista ao programa Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, que a situação gerada pelo impacto econômico da pandemia é imprevisível. **AS**

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 14/05/2020	



MANOEL VITÓRIO DIZ QUE PANDEMIA PODE CAUSAR PERDA DE R\$ 2 BILHÕES NA ARRECADAÇÃO DE ICMS



admin 14 Maio, 2020

Em entrevista ao programa Isto é Bahia, do portal A Tarde FM, o secretário da Fazenda do estado afirmou que as perdas com arrecadação de ICMS no Estado podem chegar a R\$ 2 bilhões. Segundo Manoel Vitória a crise é muito grave e requer uma atenção especial de todos os poderes. O secretário ainda explica que todas as áreas com exceção da Saúde já foram afetadas pela pandemia do Covid-19.

O secretário ainda falou que a prioridade do governo nesse momento é manter a máquina pública em plena atividade. Segundo ele a situação do sistema financeiro da Bahia é imprevisível, pois não se sabe até quando essa pandemia vai durar. “Em março nós tomamos medidas de contenção de despesas e estamos focando nas áreas que são essenciais para o funcionamento da máquina pública”, disse.

Foto: divulgação

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião/Tempo Presente
Data: 14/05/2020	Página: A2
Assunto: Cotação de preços – Preço da Hora Bahia – cita a Sefaz.	

Cotação de preços

O aplicativo Preço da Hora Bahia, lançado antes dos efeitos da pandemia alastrarem-se e exigirem novas atitudes na relação de consumo, recebeu reforços no banco de dados.

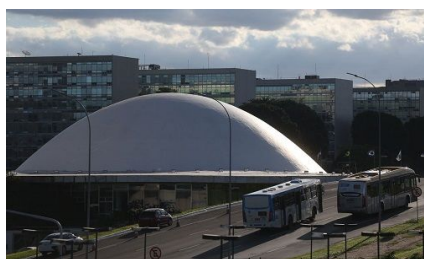
A ferramenta digital de pesquisas de preço em tempo real, somente de janeiro a março deste ano, portanto, em período anterior ao impacto da pandemia, 277 milhões de notas fiscais do consumidor eletrônicas foram emitidas na Bahia, uma média de 92,7 milhões a cada mês.

Desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SaeB), o aplicativo está ao alcance dos usuários dos sistemas iOS e Android, na Apple Store e no Google Play, ou pode ser acessado também no endereço www.saeB.ba.gov.br.

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 13/05/2020	



COVID-19: SENADO APROVA USO DE R\$ 8,6 BI DE FUNDO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 13 Maio, 2020

O Senado aprovou hoje (13) a Medida Provisória (MP) 909/19, que extingue o Fundo de Reservas Monetárias (FRM), administrado pelo Banco Central (BC). Os senadores aprovaram a transferência dos recursos para o combate ao novo coronavírus (covid-19). O valor estimado do FRM é de R\$ 8,6 bilhões. Essas cifras deverão ser usadas por estados e municípios para a aquisição de materiais de prevenção à propagação da epidemia.

A matéria foi aprovada ontem (12) pela Câmara dos Deputados. “Entendemos por bem que as disponibilidades do FRM, porventura ainda existentes, sejam destinadas integralmente à aquisição de materiais de prevenção à propagação do Coronavírus (Covid-19)”, disse o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), no relatório da MP. As informações são da Agência Brasil.

O texto encaminhado pelo Executivo determinava que os valores do fundo deveriam ser usados para o pagamento da dívida pública federal, para ajudar no cumprimento da Regra de Ouro em 2020. Os deputados aprovaram mudanças na destinação do fundo, considerando o surto da covid-19. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu realizar uma sessão extraordinária para apreciar a MP, uma vez que ela precisaria ser votada até a próxima segunda-feira (18), senão perderia a validade.

Foto: Marcello Casal Jr

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião/Tempo Presente
Data: 14/05/2020	Página: A2

Safra de grãos em alta

Segundo o quarto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas, para este ano, deve chegar a 8,8 milhões de toneladas, uma expansão de 7% ante 2019. Em relação à área plantada, o órgão estima retração de 0,7% na comparação anual, uma área de 3,1 milhões de hectares. As informações, divulgadas ontem, foram sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

A TARDE

O jornal de toda Bahia

FÁBIO BITTENCOURT

O movimento de passageiros nos aeroportos baianos caiu 95,4% em abril, comparado ao mesmo período do ano passado. No de Salvador, que nesta mesma época de 2019 registrou o fluxo de mais de meio milhão de viajantes (520,6 mil), mês passado contou apenas 31 mil. E assim foi em Porto Seguro, com 450 passageiros, contra 126,6 mil no ano anterior; Ilhéus, 424 ante 33,5 mil. O Aeroporto Glauber de Andrade Rocha, em Vitória da Conquista, por onde em abril de 2019 embarcaram e desembarcaram 16,6 mil pessoas, não registrou um único passageiro durante o mês passado. O cenário foi o mesmo em Barreiras.

Os dados são da Secretaria Estadual do Turismo (Setur). Segundo informações da assessoria de imprensa do Salvador Bahia Airport, lojas, restaurantes, farmácias e até locadoras de veículos do local estão fechados. Nem o CEO do terminal aéreo nem o titular da Setur quiseram comentar os números.

De acordo com a presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens na

COVID-19 Terminal de Salvador, que em abril do ano passado teve um fluxo de 520 mil passageiros, contabilizou 31 mil pessoas no mesmo período deste ano

AEROPORTOS DA BAHIA REGISTRAM QUEDA DE 95% NO MOVIMENTO

Bahia (Abav), Ângela Carvalho, a queda de faturamento no setor é de praticamente 99%. Segundo ela, as empresas "trabalham" hoje apenas cancelamentos e adia-

Lojas, farmácias e restaurantes do Salvador Bahia Airport seguem fechados

mentos de viagens, com a maioria dos colaboradores no esquema home office.

"Atendimento presencial mesmo só para aqueles clientes com alguma dificuldade, ou porque compraram em sites de parceiros na internet, ou outra situação. Mas não há produto [destino turístico para se vender]. Em Salvador, atualmente, são três ou quatro voos diários. Um para São Paulo, outro para o Rio [de Janeiro], um para Campinas (SP), e outro três vezes na semana para Brasília. Uma demanda pequenininha, só está viajando mesmo quem precisa,

gente a trabalho. Tem o transportes de cargas, serviços essenciais. A maioria dos hotéis e restaurantes estão fechados, e não há voo internacional, pois muitas fronteiras estão fechadas".

CVC

Ainda de acordo com Ângela, porém, "começam a surgir promoções para o mês de setembro, final do ano, início de 2021". "Mas é bom lembrar que a maioria das famílias estará com o poder aquisitivo muito prejudicado. Ainda vão ocorrer muitas demissões, empresas vão fechar portas", diz.

O site da operadora CVC, por exemplo, segundo a assessoria de imprensa da empresa, "tem recebido maior demanda dos clientes pesquisando por preços, para embarques de outubro em diante – sendo que as pesquisas dos clientes até o momento apontam, em sua maioria, preferência pelas regiões nordeste e sul do País". Ainda de acordo com a nota, "os destinos internacionais ainda estão com baixa procura no momento, sendo que a preferência por viagens domésticas, que é histórica na CVC, se mantém e segue mais aquecida".

Ainda segundo a operadora, "o time de produtos da CVC, que faz as negociações com fornecedores, entre eles hotéis, resorts e empresas de receptivo vem fazendo tratativas com seus parceiros em viagens pelo Brasil, no sentido de eles disponibilizarem tarifas nos sistemas para o segundo semestre e o Verão 2021, para que possam trabalhar na formação de pacotes para o período pós-pandemia".

A CVC informa ainda que hotéis e resorts nacionais, por exemplo, têm oferecido tarifas para a companhia mais em conta do que o mesmo período do ano passado. Em média, uma viagem pelo Brasil, considerando hospedagem de sete dias e aéreo de ida e volta para praias nordestinas, estão com preços 30% menores do que o mesmo período de 2019.

"A rede formada por mais de 1.400 lojas CVC em todo o Brasil tem realizado o atendimento aos clientes de forma remota, por telefone e aplicativos de mensagens, seja para dar alternativas a quem já estava com viagem marcada, seja para quem quer consultar condições para o segundo semestre".

Suspensão de voos impacta economia dos municípios

MIRIAM HERMES

A suspensão dos voos comerciais para os aeroportos do interior do estado desde março deste ano, por causa da pandemia, teve um reflexo negativo em diversos setores da economia aérea, afetando cidades como Barreiras, Porto Seguro, Lençóis, Ilhéus, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas.

De acordo com dados da Secretaria de Infraestrutura da Bahia (Seinfra), nos seis aeroportos o movimento em abril de 2019 somou 197.094 passageiros. Em abril de 2020 apenas 1.748 pessoas passaram por esses aeroportos.

Já em março deste ano, o movimento médio tinha sido menor do que em 2019, com o início das medidas de distanciamento social.

De acordo com o secretário de Cultura e Turismo de Porto Seguro, Paulo César Magalhães, 85% da economia local é baseada na atividade turística, com prejuízo calculado em torno de R\$ 600 milhões com cancelamento de voos e de outros meios de transporte.

Magalhães destaca que na baixa temporada a média semanal era de 130 voos, que passou para nenhum entre abril e maio. No entanto, enfatizou que já recebeu a confirmação de seis voos/dia a partir de junho. "Esperamos que a partir de julho tudo



José Souza/ Ag. A TARDE

Cidades que vivem do turismo são mais prejudicadas

comece a normalizar e até o final do ano tenhamos bom terreno recuperado", diz.

"Levar clientes para o aeroporto e à rodoviária sempre representou boa parte da minha renda mensal. Com tudo suspenso, estou sofrendo para pagar as contas da casa", diz o taxista Jorge Dantas, de Porto Seguro, dizendo que a renda dele caiu a quase zero. "Está muito difícil, não só para mim, mas para os todos taxistas e para outras atividades que dependem do turista", diz.

Em Ilhéus, o movimento no Aeroporto Jorge Amado passou de mais de 300 voos no mês de março deste ano para apenas 14 em abril. A previsão é que o equipamento permaneça fechado até o dia 30 de maio.

De acordo com o gerente de operações, Marcos Correia, o aeroporto está fechado há mais de um mês devido a um decreto da prefeitura, impactando não apenas as companhias aéreas, que reduziram os voos em todo o país e não apenas em Ilhéus, mas também diversas outras atividades econômicas relacionadas.

Com agência de turismo consolidada em Barreiras, Adriano Módica diz que a suspensão de voos e viagens por via terrestre na cidade teve um efeito devastador, mas que não demitiu ninguém da sua equipe. "No primeiro mês dei férias coletivas. Agora trabalham dando suporte a clientes. Vamos ver o que acontece daqui para frente", ponderou.

Uma pandemia das finanças pessoais

Uma pandemia atingiu em cheio as finanças pessoais dos brasileiros. Milhares de pessoas foram infectadas pelo vírus do desemprego e da inatividade econômica, e aqueles que tinham algum dinheiro no mercado financeiro foram contaminados pelo vírus do juro baixo.

O Banco Central cortou a taxa Selic para 3% ao ano pensando em estimular a economia, num movimento clássico em momentos de recessão. Mas em tempos de pandemia seu efeito é quase nulo.

Se a intenção do Banco Central foi baratear o crédito bancário, não vai dar certo, já que os bancos estão travados, com medo da inadimplência, e não adianta a taxa Selic cair, pois eles continuam com spreads altos e juros extorsivos e só ajudam o Brasil nas propagandas do Jornal Nacional.

Se a intenção foi aumentar o consumo, não vai funcionar, pois o consumidor

está travado, isolado em casa, consumindo apenas o que é necessário, e com medo de gastar, pois nada sabe sobre o futuro.

Se não ajudou a estimular a economia, a redução da taxa Selic – e o aviso de que ela vai cair mais em junho – atingiu em cheio o investidor pessoa física, pois significa rentabilidade real zero ou negativa na poupança e nos fundos de renda fixa e redução do patrimônio se houver saques.

O que fazer então? Bom,

duas forças regem aqueles que têm dinheiro guardado: segurança e rentabilidade. Em tempos de pandemia, segurança significa garantia da manutenção do capital e liquidez, ou seja, disponibilidade de recursos para enfrentar a incerteza.

Nesse caso, o investidor tem de ficar nos títulos de renda fixa, vinculados à Selic, mesmo com rentabilidade menor, ou aceitar prazos maiores no Tesouro Direto, especialmente Tesouro IPCA+, com ven-

cimento em 2026.

Quem privilegiar a rentabilidade tem muitas opções, todas de longo prazo e com certo risco, como ações da bolsa de valores, fundos imobiliários, fundos multimercados e outros. E há a possibilidade de comprar ativos fora do Brasil, se a expectativa é a de que a recuperação econômica vai chegar lá primeiro.

Já o dólar é um ativo que une rentabilidade e segurança, mas comprar dólar a quase US\$ 6 já é um investimento de risco. O ouro, por outro lado, é um ativo cuja rentabilidade só é garantida no longo prazo.

Em resumo: para quem tem algum dinheiro guardado, o tempo é de parcimônia e espera, com possibilidade de alguma perda ou de rentabilidade só no longo prazo. Antes assim, pior é quem não tem qualquer recurso e está na dependência dos aportes do governo federal.

Os bancos estão travados, com medo da inadimplência, e não adianta a taxa Selic cair

Segurança significa garantia da manutenção do capital e liquidez

Bahia: a economia e a Covid

A pandemia afetou a economia baiana de forma diferenciada. O setor serviços, que responde por 70% do PIB e inclui comércio e turismo, sofreu, em março, uma queda de quase 8% em relação a fevereiro e de 12% em relação a 2019. E em abril, a situação parece ter se agravado. Mas no setor agropecuário, as perspectivas são melhores e a safra de grãos vai ser de

quase nove milhões de toneladas, 7% maior que no ano passado. Na indústria, alguns setores, como petróleo e celulose, voltados para o mercado externo estão crescendo, mas outros, como o setor automobilístico, estão paralisados. Que a recessão vai ser grande, é consensual, mas seu tamanho vai depender de quando o isolamento terminar.

Turismo cai 30%

O índice de atividades turísticas na Bahia caiu 27,3% em março de 2020, em comparação com o mês anterior. No Brasil, a queda foi de 30%, puxado pelo Rio de Janeiro, com redução da ordem de 35%. A receita nominal do setor na Bahia caiu 28%, a terceira maior queda entre os estados. Os dados são do IBGE. Hotéis, empresas de aviação, agências de

viagens e toda a cadeia produtiva está se desestruturando e precisa sair do choro e buscar novas formas de inserção. O setor precisa começar a pensar formas de retomar a atividade, quando o isolamento for flexibilizado. E usar da criatividade. Na Europa, por exemplo, estão sendo feitos acordos bilaterais para permitir a volta do turismo.

LEGISLATIVO

Alba deve votar hoje redução de honorários pagos a procuradores

RAUL AGUILAR

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) deve apreciar hoje o Projeto de Lei Complementar 140/2020, que promove alterações nos Honorários de sucumbência e uma organização da Procuradoria Geral do Estado, e o Projeto de Lei 23.863/2020, que trata do Sistema de Proteção Social de Policiais e Bombeiros Militares e criação de fundo para pagamento de aposentadorias e pensões nas duas corporações.

O PLC 140/2020 promove uma redução nos honorários de sucumbência repassados aos procuradores nos casos de acordo judicial. Atualmente o valor pago para os honorários dos chamados "programas ordinários de recuperação de créditos" é reduzido em 50%, e governo do estado quer aumentar a redução para 75%.

O projeto estava em pauta na última sessão da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), na terça-feira, que foi adiada após pedido de vista do deputado estadual Paulo Câmara (PSDB). A discussão do projeto será retomada na sessão de hoje, quando vence o prazo do pedido de vista do deputado do PSDB.

Do percentual recebido

pelos procuradores, a metade é direcionada para um fundo de Modernização da PGE, a outra metade é dividida entre os mais de 300 procuradores do estado, é o que explica Cristiane Santana Guimarães, procuradora de justiça e presidente da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB).

"Quando existe a anistia, o valor principal do débito reduz em 90%. O Estado fica com 10% e os procuradores recebem 2% do devedor, que representa os 50% pago como honorário aos procuradores. Metade deste 2% vai para o fundo e outras metade é dividida entre mais de 300 procuradores que trabalharam duro, por vezes fora do horário de expediente, para ajudar na resolução desta inadimplência", explica Cristiane.

A presidente da APEB classifica a redução como um "benefício ao devedor", que "já reduz seus débitos em 90% e que poderão contar com um plus da redução do custo dos honorários em 75%".

Ela afirma que não existe "penduricários" nos salários do procuradores e pontua que, ao contrário do que dizem, "esse valor não deixa nenhum procurador rico".

A APEB sugeriu por emenda para o Estado mantenha os 50% através de um pagamento parcelado.

Organização

O deputado estadual e líder do Governo, Rosemberg Pinto (PT), promoveu uma reunião com deputados da base do governador Rui Costa ontem, que contou com a presença do procurador Geral do Estado, Paulo Moreno. Segundo o deputado do PT a reunião foi para esclarecer dúvidas sobre o projeto PLC 140/2020.

O líder do Governo explica que projeto vai ajudar na melhor estrutura da PGE e que irá alterar apenas os "honorários para casos específicos", que é o de acordo judicial. Rosemberg afirma que esse valor adicional pago aos procuradores pode inviabilizar acordos.

Rosemberg Pinto afirma que projeto vai melhorar a estrutura da PGE

PESQUISA Sob o impacto da pandemia do novo coronavírus, as vendas do varejo na Bahia recuaram 9,7% em março na comparação ao mês anterior, na série livre de influências sazonais, depois de terem avançado 0,7% em fevereiro. Nessa comparação com o mês imediatamente anterior, foi a maior queda do comércio varejista no estado em 20 anos, desde o início da nova série histórica da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE (em 2000).

As vendas no setor também caíram na comparação de março/2020 com março/2019 (-7,6%), mostrando o primeiro resultado negativo frente ao mesmo mês do ano anterior, após cinco altas seguidas e uma estabilidade registrada em fevereiro. Foi também a maior queda das vendas para um mês de março desde 2016, quando havia sido registrado um recuo de -12,3%.

Comércio da Bahia tem a maior queda em 20 anos

Com o desempenho de março, as vendas na Bahia acumulam queda de 2,3% no primeiro trimestre

Em março, na Bahia, seis das oito atividades do varejo restrito (que exclui as vendas de automóveis e material de construção) tiveram quedas nas vendas, frente ao mesmo mês de 2019. Apenas as vendas de supermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3%) e de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (7,3%) mostraram avanços no mês.

Com um recuo expressivo (-40,8%), o segmento de tecidos, vestuário e calçados foi

o que mais contribuiu para a queda do varejo na Bahia, em março. A atividade apresentou sua maior retração mensal nas vendas desde o início da série histórica da PMC para esse indicador, em 2001.

A segunda principal influência negativa no resultado geral das vendas no estado veio do segmento de outros artigos de uso pessoal e doméstico (-21,8%). A atividade engloba parte representativa dos grandes sites de comércio on-line.

Com o desempenho de março, as vendas do varejo baiano acumulam queda de 2,3% no primeiro trimestre de 2020, frente ao mesmo período de 2019. É um resultado pior que o nacional (alta de 1,6%). No acumulado nos 12 meses encerrados em março (frente aos 12 meses anteriores), porém, o desempenho das vendas do comércio na Bahia ainda se mantém positivo (1,5%),

Barra anuncia manutenção de serviço de drive thru

VAREJO Com o intuito de atenuar os impactos causados pela Covid-19 no segmento do varejo, o Shopping Barra passa a funcionar com um sistema contínuo de webcompras e drive thru. Através do hot site webcompras, vinculado ao site do Shopping Barra, os consumidores têm a opção de fazer compras diretamente nas lojas do Barra escolhendo a opção de rece-

ber a mercadoria em casa pelo sistema de delivery (de responsabilidade do lojista) ou pelo sistema drive thru, um espaço disponibilizado no estacionamento G1, que funcionará das 9h às 18h, de segunda a domingo.

“Tivemos uma excelente experiência na semana que antecedeu o Dia das Mães e vamos continuar com alternativas para atendermos nos-

so clientes e aquecermos as vendas dos nossos lojistas”, afirma Karina Brito, gerente de marketing do Shopping Barra, acrescentando que muitos restaurantes seguem com o serviço de delivery.

Através dos canais digitais do Barra (site e redes sociais), os consumidores poderão conferir as marcas do Shopping Barra que disponibilizam o serviço.

Correio***24h****ECONOMIA**

Coelba cadastra mais de 136 mil famílias na tarifa social

BENEFÍCIO A Coelba, empresa da Neoenergia, cadastrou proativamente no mês de abril 136.498 mil famílias baianas no programa de Tarifa Social de Energia Elétrica. No total, quase 1,5 milhão de famílias possuem 100% de desconto no consumo de energia entre 1º de abril e 30 de junho, conforme previsto na Medida Provisória 950/2020 editada pelo Governo Federal por causa da pandemia.

"Somente no mês de abril, o aumento das famílias cadastradas na Bahia foi de 9,2%. São pessoas de baixa renda que precisam do benefício e tiveram seu direito garantido por causa da ação da Coelba",

afirma Leonardo Moura, superintendente de processos comerciais da Neoenergia.

O benefício é direcionado à população de baixa renda com consumo mensal até 220kwh e a inserção automática é realizada depois que a Coelba cruza as informações dos contratos com os dados do CadÚnico, disponibilizados periodicamente pela Aneel.

A Neoenergia, como um todo, cadastrou voluntariamente no mesmo período 278 mil famílias nos quatro estados de atuação das suas distribuidoras - um aumento de 9,3% no número de consumidores que já estavam no Programa.

Tem direito ao benefício clientes cadastrados na Tarifa Social que tenham consumo mensal de até 220 kWh

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 14/05/2020	Página:

Correio*

NOVOS CONTRATOS PERMITEM EXPLORAÇÃO DE TERMINAIS

PORTOS O Ministério da Infraestrutura assinou ontem oito contratos para exploração de terminais de uso privado (TUPs) em diferentes regiões do país. Do total, quatro são contratos para novas áreas e os outros quatro são aditivos para áreas já existentes/ampliação de área/retificação de perfil de carga. Em pouco menos de um ano e meio do atual governo, já são 31 novos contratos de TUPs assinados pela pasta e 21 aditivos. Entre os novos contratos está o da MFX do Brasil Equipamentos de Petróleo Ltda, em Salvador. Já os aditivos contratuais contemplam a Bahia Mineração, em Ilhéus.

DÓLAR DISPARA

R\$ 5,901

foi o valor do dólar no fechamento do pregão de ontem, uma alta de R\$ 0,036 (+0,61%) em relação a terça-feira. Este é o maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real. A Bolsa de Valores fechou em queda 0,13%

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 14/05/2020	Página:

Correio*

GOVERNO PROJETA TOMBO DE 4,7% NO PIB DESTE ANO

RECESSÃO O governo federal revisou a estimativa oficial para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 e passou a prever um tombo de 4,7%. O número foi divulgado pelo Ministério da Economia ontem por meio do relatório de

receitas e despesas do orçamento de 2020.

A previsão anterior, divulgada em março, no início da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, era de que a economia teria crescimento de 0,02% neste ano. A

nova revisão da estimativa acontece em meio à adoção de medidas restritivas e de isolamento social para frear a pandemia do novo coronavírus, que levaram, por exemplo, ao fechamento de boa parte do comércio.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Bolsonaro é risco ao investimento

O presidente Jair Bolsonaro eleva o risco de investir no Brasil. A crise da saúde, as turbulências diárias que ele cria, os ataques às instituições democráticas, tudo tem sido colocado na balança pelo investidor estrangeiro, que sairá desta crise com uma desconfiança ainda maior sobre a economia brasileira. O real é a moeda que mais se desvaloriza este ano e ontem o dólar bateu novo recorde nominal. O grau de investimento ficou mais distante, com a perspectiva negativa na nota de crédito do governo pela agência Fitch. O risco-país saiu de 100 para 350 pontos de dezembro para cá. O que diferencia o Brasil de outros emergentes é a capacidade do presidente Jair Bolsonaro de produzir crises políticas constantes.

O dólar disparou 47% este ano, em relação ao real, saindo de R\$ 4,01 no dia 31 de dezembro para R\$ 5,90 no fechamento de ontem. Na média, explica a economista-chefe do banco Ourinvest, Fernanda Consorte, a valorização sobre as moedas de países exportadores de commodities está em torno de 15%. Ou seja, há um fator de risco que diferencia o Brasil de outros emergentes.

"Tem a recessão da pande-

mia, que é comum a todos. A queda dos juros, também, porque o BC brasileiro reduziu a Selic, mas outros países também baixaram. O que só existe no Brasil é o componente político. É a queda de braço do executivo com o Congresso, do governo federal com estados e municípios. A demissão do Mandetta, agora do Sergio Moro", explica Consorte.

Em geral, essa é a avaliação feita entre os economistas, a de que o presidente em si, com sua inesgotável capacidade de criar conflitos, até dentro de sua própria administração, é um ponto desfavorável num momento em que há um nítido movimento de aversão ao risco. Com tantas incertezas, o capital corre para títulos americanos, ouro, moedas

fortes e sai de mercados emergentes. Para fugir do Brasil há uma razão a mais: o presidente faz uma direção temerária do país em meio a uma pandemia e uma recessão. Houve muita saída de capital externo, principalmente da bolsa, desde o começo do governo, quando ficou claro que ele continuava apostando na polarização extrema. Esse movimento se acentua este ano. No pregão da segunda-feira, saíram R\$ 711 milhões, maio já está negativo em R\$ 4 bilhões e no ano a saída é de R\$ 73 bilhões. A bolsa subiu no ano passado, mas impulsionada basicamente por investidores locais.

Para haver a volta do investimento, só se ocorresse o cenário de retomada da agenda de reformas, com mais protagonis-

mo dos presidentes da Câmara do Senado, como no ano passado. Outro cenário seria o início de um processo de impedimento do presidente Jair Bolsonaro, que traria instabilidade no curto prazo, mas que poderia desanuviar o ambiente à frente.

"Alguma coisa vai ter que mudar depois da pandemia. Do contrário, não haverá investimento externo. A saída mais extrema, que seria o impeachment, balançaria as estruturas no curto prazo, mas o país passou por isso recentemente e deu certo. Talvez o mercado se acalme porque não será um evento novo", disse Consorte.

A agência Fitch, que na última semana colocou a nota da dívida soberana sob viés negativo, chamou de "volátil" a relação do

Executivo com o Congresso e afirmou que esses "constantes atritos" reduziram a previsibilidade econômica e as perspectivas de reformas. A dívida bruta do governo vai disparar com os gastos emergenciais para lidar com a crise, e isso significa que o esforço fiscal terá que ser maior do que o projetado no início do governo Bolsonaro. As denúncias de interferência na Polícia Federal, feitas pelo ex-ministro Sergio Moro, "contaminaram" ainda mais o ambiente político, na visão da Fitch.

A imprensa internacional tem feito corrosivos comentários sobre a presidência de Jair Bolsonaro. O jornal Washington Post, em editorial, apontou Bolsonaro como o pior gestor da pandemia. A revista Economist chegou a falar em "insanidade" do presidente brasileiro. Uma das mais renomadas revistas científicas do mundo, a Lancet, escreveu que Bolsonaro é uma ameaça ao combate à Covid-19. O Financial Times, em editorial, falou que Bolsonaro está em processo de autodestruição. Toda essa exposição negativa do presidente brasileiro afeta a escolha do local para se investir. O risco Bolsonaro pesa sobre o próprio Brasil.

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Novo coordenador

O deputado federal Marcelo Nilo (PSB) foi escolhido na quarta-feira (8) como o novo coordenador da bancada de deputados federais e senadores eleitos pela Bahia, em Brasília. O deputado federal Adolfo Viana (PSDB) foi também escolhido para a subcoordenação do próximo ano. A escolha foi realizada de forma unânime pela bancada. Nilo conquistou primeiro o apoio da bancada de oposição ao governador Rui Costa em Brasília para então garantir os votos dos colegas de base. Ele substitui o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB) no posto. Nilo promete agir na nova posição. Afinal, não foi a los que ganhou o apelido de presidente dos sindicatos dos deputados quando era deputado estadual.



Marcelo Nilo

Aterrorizador

Um dos principais modelos utilizados pela Casa Branca para monitorar os números sobre o coronavírus projetou um cenário bastante sombrio para os brasileiros nos próximos meses. Segundo dados divulgados esta semana pelo IHME, Instituto de Métrica da Universidade de Washington, 88.305 pessoas podem morrer por Covid-19 no Brasil até 4 de agosto.

Direito

Do Antagonista: Em sua maratona de entrevistas desde que se converteu ao bolsonarismo, Roberto Jefferson falou ontem a Rádio Gaúcha. O presidente nacional do PTB disse que se Jair Bolsonaro interferiu politicamente na Polícia Federal, "era um direito dele". Jefferson atacou Sergio Moro, Wilson Witzel e o ministro Celso de Mello, do STF. "Ele quer mostrar que a toga é mais forte do que o fuzil. É um desafio que ele está fazendo aos militares, tentando humilhá-los."

STF

Jefferson defendeu o que chamou de "ação cirúrgica" no STF, com a demissão dos 11 ministros. Ele também falou em "contra-golpe" no Supremo. O ex-deputado também disse que "é preciso uma reação agora", "com Bolsonaro à frente", "uma reação de força", porque "só se detém um golpe pela força". "Eles [os ministros do STF] estudaram Mao Tsé-Tung. Então, todos eles sabem que o poder não inicia na toga. O poder inicia no cano do fuzil. Só que eles estão desafiando o que eles aprenderam na escola de progressista." O ex-deputado afirmou, ainda, que Alexandre de Moraes "era ministro [ele quis dizer advogado] do PCC".

Medidas

Em live transmitida pela Rádio 95 FM, com participação dos deputados federais Leur Lomanto Junior e Cacá Leão, e do prefeito de Jaguara, Juliano Martinelli, o deputado estadual Zé Cocá (PP) cobrou do governo federal a adoção de políticas públicas e econômicas que garantam estabilidade ao comércio e a economia dos municípios. Cocá afirmou ainda que o governo federal precisa rever o calendário do Enem, marcado para novembro desse ano, afirmando que "os alunos das escolas públicas, que estão sem aulas on-line, estão sendo prejudicados e sem motivação para participar do Enem, porta de entrada para as universidades".

Confirmados

A Bahia registrou ontem 6.547 casos confirmados de Covid-19 - 31,05% do total de casos notificados no estado. Os números confirmados ocorreram em 183 municípios, com maior proporção em Salvador (69,71%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 1.000.000 habitantes são Ipiatã (2.310,73), Uruçuca (2.114,35), Ilhéus (2.045,25), Itabuna (1.725,89) e Salvador (1.514,09).

Cestas básicas

A Prefeitura de Salvador distribuirá mais de 2,3 mil cestas básicas para artistas e profissionais de cultura cadastrados no município que vêm sofrendo os impactos econômicos provocados pela pandemia do coronavírus. A ação acontecerá de hoje até sábado (16), sempre de 8h às 14h, no Centro de Convenções de Salvador, na orla da Boca do Rio. Para evitar aglomerações, a entrega dos alimentos será feita conforme um cronograma com a letra inicial do nome dos beneficiários. A iniciativa, coordenada pelo vice-prefeito Bruno Reis, faz parte do programa Salvador por Todos e envolve a Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), Prefeituras-Bairro, Empresa Salvador Turismo (Salltur) e Fundação Gregório de Mattos (FGM).

RAUL MONTEIRO

União podia ao menos ajudar quem quer enfrentar a pandemia

Há de tudo no processo de aquisição de equipamentos por Estados e municípios para enfrentar a pandemia do coronavírus: denúncias de superfaturamento, lobbies desavergonhados de políticos e investigadores para apurar acusações de corrupção, além, naturalmente, de golpes internacionais nos compradores, que vão de envio de respiradores defeituosos à suspensão de entregas ao país, muitas vezes injustificadamente. Tudo isso, entretanto, poderia ser pelo menos minorado, caso Estados e municípios não tivessem sido largados sozinho na tarefa de enfrentar a Covid-19.

Sob o argumento de que as regras de confinamento adotadas por prefeitos e governadores, seguindo a orientação das autoridades sanitárias e de Saúde mundiais e mesmo nacionais - o ainda novo ministro Nelson Teich também não viu como defender sua abolição -, estão quebrando a economia, o governo central praticamente abandonou os entes subnacionais à própria sorte,

Eu não posso dizer os detalhes. Se é fisiológico ou programático. [...] Lógico que, nisso aí, cargos e emendas fazem parte da negociação entre Executivo e Legislativo. Não adianta querer tapar o sol com a peneira."

Hamilton Mourão, sobre o acordo de Bolsonaro com o Centrão

Espera

O prefeito ACM Neto suspendeu seu expediente no gabinete municipal até o final desta semana. A partir desta quinta-feira, ele estará trabalhando em home-office. A decisão foi tomada depois que Kalo Moraes, chefe de gabinete, testou positivo nesta quarta-feira. E o segundo auxiliar do prefeito, nesta semana, a contrair a Covid-19. Na última terça-feira, o subchefe de gabinete, Matheus Simões, também testou positivo. O prefeito ACM Neto se submeteu a exame na noite desta quarta-feira e aguarda resultado.

Enem

O deputado federal Márcio Marinho (PRB) protocolou virtualmente, na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados a Indicação (INC) nº 561/2020, sugerindo ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, o adiamento da realização do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Segundo o republicano, o atual cenário mundial mostra que o agravamento da crise ocasionada pela pandemia da Covid-19 terá grandes impactos e não é possível saber se até novembro a pandemia terá se dissipado a ponto de a prova ocorrer sem ocasionar prejuízos aos alunos.

Prorrogação

Um movimento em favor do adiamento do Enem também surgiu na internet, onde a Ubes e a Une chamam todos para um tuitão que vai acontecer no próximo dia 15, sexta-feira. O protesto conta com o apoio do deputado federal Bacelar (Podemos) que solicitou, esta semana, ao Ministério da Educação a prorrogação da prova para 2021. O parlamentar baiano afirma que a medida é essencial para não aprofundar as desigualdades educacionais e oferecer oportunidades iguais para o filho do trabalhador.

Ritmo intenso

Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Nelson Leal (PP) quer entrar para o livro dos recordes com o programa de votações que montou para a Casa, que se estende até a próxima semana. A avaliação é dos próprios colegas, que não se queixam do ritmo impresso pelo presidente aos trabalhos, alegando que é positivo para o Legislativo nestes tempos de pandemia.



Nelson Leal

Falência

A Junta Comercial da Bahia (Juceb) anunciou que 670 empresas baianas pediram falência em abril por conta das medidas restritivas relacionadas à pandemia. A área mais impactada foi a varejista, com 52 lojas, seguida por vestuário e acessórios (49 empresas), construção (26) e restaurantes e bares (21).

Queda

Em março, as vendas do varejo na Bahia registraram queda de 12,9% na comparação anual e, com esse resultado, o volume de vendas foi o mais baixo para o mês desde o ano de 2007. Como previsto pela Fecomércio-BA, entre as atividades, os únicos que conseguiram um desempenho positivo foram os de bens essenciais, supermercados e farmácias. As altas respectivas foram de 2,9% e 7,2%. Em termos de variação, a maior delas foi do grupo de livros, jornais, revistas e papelerias, com -40,9%.

Etnia

Divulgação sistemática e transparente dos dados relativos à etnia, raça e gênero, relacionados à pandemia do Novo Coronavírus, em todos os relatórios epidemiológicos. Essa foi a solicitação feita pela deputada estadual Olívia Santana em uma série de Projetos de Indicação, protocolados essa semana na Assembleia Legislativa da Bahia. As três proposições foram direcionadas para a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia; a Secretaria de Saúde de Salvador; e ainda o Ministério da Saúde.



Olívia Santana

Profissionais de saúde

A vereadora, Ouvidora Geral da Câmara Municipal de Salvador (CMS), membro da Comissão de Saúde na Casa, Aladilce Souza e representantes de entidades de saúde falaram em live ontem sobre situação dos profissionais de saúde que estão trabalhando no combate à Covid-19 na Bahia. Em uma semana, o número de infectados saltou de 140 para 647, o que representa um crescimento de 358%. "Se o número de casos entre os profissionais de saúde continuar crescendo nessa proporção, teremos, nos próximos oito dias, 1.928 trabalhadores/es da saúde contaminados, segundo cálculos exponenciais feitos por profissionais de exatas", disse Aladilce.

Regularização fundiária

Depois de obstruir a sessão na Câmara dos Deputados, a oposição comemorou a retirada da pauta a votação da Medida Provisória 910/19, de regularização fundiária, conhecida como MP da grilagem. Crítica por parlamentares da minoria e também do governo, a MP perdeu a validade e o tema voltará à Casa através de projeto de lei. "A MP 910/19 nacionaliza exceções e permite ingressar em terras indígenas, em terras de comunidades tradicionais, e gera insegurança jurídica, conflitos, além de regularizar a grilagem", disse o líder da oposição, o deputado federal Afonso Florence (PT).

Derrota

Essa MP é debatida por ativistas e grupos de meio ambiente como uma forma dos latifundiários terem as terras griladas legalizadas. Contrário à medida, o deputado federal Valmir Assunção (PT) se pronunciou em vídeo, garantindo que os grileiros sofreram uma derrota com a medida.

boa fé, buscando mitigar o desespero de muitos, ao antecipar o aprofundamento da crise em suas cidades e Estados, um mínimo de estímulo e apoio poderia ser provido pelo governo federal, fosse organizando as compras de interessados de todo o país, o que permitiria certamente ganhos de escala, ou utilizando a diplomacia de que governos estaduais e municipais não dispõem para evitar equívocos, problemas e embarços como alguns que se veem agora.

E disso que se fala quando se pede que o presidente da República desça do palanque e trabalhe, coordene as ações pelo enfrentamento da doença, buscando potencializar, como qualquer líder responsável, as iniciativas de todos aqueles que têm, na medida do possível e com as armas que possuem, buscado enfrentar uma doença traiçoeira. Mas como exigir tal comportamento de alguém que nunca trabalhou, tem desprezo pelo exercício administrativo e o da política e, ainda por cima, nega a existência da enfermidade, assim como sua rápida e letal expansão? Sem direção nacional na crise, o melhor é se preparar para os prejuízos, que tendem só a aumentar.

* Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às quintas-feiras.

Contas

Em sessão ordinária, feita por videoconferência, a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) desaprovou, ontem, a prestação de contas de três convênios e condenando os gestores responsáveis a devolver R\$ 254.157,31 aos cofres públicos, quantia que deverá ser acrescida de juros de mora e atualização monetária. Integram a lista ex-gestores de Camamu e Piripá.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

ACM Neto diz que, se precisar, vai para rua defender democracia

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

Ao ressaltar que "não há risco de um golpe no país", o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que, se precisar, vai para rua defender a democracia no Brasil. "O democrata ainda elogiou as Forças Armadas. Tenho presenciado e não posso deixar de registrar e elogiar a postura das Forças Armadas. As Forças Armadas têm sido muito importantes. Pilar de sustentação e estabilidade democrática. (...) Não há nenhum risco de golpe. Não há nenhum risco de intervenção militar. Eu acho que isso está inteira-

mente afastado. Não tem ninguém que possa, neste momento, comprometer a democracia, que é inegociável. Vou estar na linha de frente de defesa da democracia. Se tiver que ir para rua para defender a democracia, para me expor na defesa da democracia, eu vou com toda a coragem. A única coisa que não podemos ter no país é o compro-

metimento da liberdade do cidadão. Isso eu acho que está afastado", declarou. Presidente nacional do DEM, Neto avaliou que as instituições brasileiras estão "muito sólidas". "Veja por quantos testes nós passamos nos últimos anos. Para não ir muito para trás, vamos voltar ao impeachment da Dilma. Nós tivemos toda a crise da Lava Jato, que prendeu ex-presidente, os maiores empresários do país, presidente da Câmara dos Deputados. Depois nós tivemos o impeachment de uma presidente da República. Depois denúncias contra outro presidente Michel Temer (...) Eu acho que a gente amadureceu muito na democracia pós-Constituição de 1988 (...) Eu acho que a solidez dessas instituições é maior

Sem golpe
Presidente do DEM, Neto avaliou que as instituições brasileiras estão "muito sólidas".

ACM NETO disse, ontem, que, se precisar, vai para rua defender a democracia no país



do que eventual erro de qualquer governante de plantão", afirmou.

"O prefeito soteropolitano voltou a criticar a postura do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) por passear de jet ski no dia em que o país registrou 10 mil mortes por coronavírus. "Eu defendo que tenha uma união de prefeitos, governadores, do governo federal, do Poder Ju-

dicário, do Ministério Público, da imprensa. Infelizmente, nem sempre essa é a postura do presidente. Ele parte para uma linha enfrentamento. Não dá para no dia em que o país vivenciado, presenciando 10 mil mortes por coronavírus

ele andar de jet ski. A gente tem que dar exemplo. Todos nós temos que dar exemplo. A autoridade, a liderança, tem que ser uma guia, um farol", afirmou, com tom indignado.

Neto ameaçou ainda acionar a Justiça caso o Ministério da Saúde não repasse para prefeitura de Salvador recursos a fim de instalar leitos no combate ao coronavírus. "Nossos leitos de UTI, que estão funcionando, até agora não foram habilitados e qualificados pelo Ministério da Saúde. A prefeitura está bancando tudo do seu próprio bolso. O Ministério da Saúde tem obrigação de colocar R\$ 1,6 mil em cada leito desse e não está colocando. A gente está bancando tudo sozinho, pois, vamos dar um prazo. Se o Ministério não fizer, eu vou para a Justiça, eu vou judicializar e espero que a Justiça assegure o pagamento obrigatório do que o governo federal não está pagando para nossa capital", ressaltou.

ACM Neto reiterou que é a favor das eleições municipais acontecerem neste ano e disse ser contra a unificação dos pleitos em 2022, com a prorrogação de mandatos. "Acho que isso, inclusive, é golpe. Tem que se respeitar a Constituição", pontuou.

BOLSONARO X MORO

Otto defende que seja divulgado vídeo de reunião ministerial



O SENADOR Otto Alencar (PSD) defendeu que seja divulgado o vídeo da reunião ministerial com Moro e Bolsonaro

O senador Otto Alencar (PSD) defendeu que seja divulgado o vídeo da reunião ministerial na qual, segundo o ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) explicitou a interferência política na Polícia Federal para proteger os filhos. Para o baiano, a denúncia é "muito grave e a população tem o direito de ver o vídeo".

"A imprensa já começa a revelar que o presidente Bolsonaro agiu como protetor, para advogar, como um messias que quer proteger as acusações dos seus filhos. E,

portanto, não pode o Senado ficar sem ter conhecimento desses vídeos. (...) Isso não pode ficar debaixo do tapete. O Brasil precisa saber disso. Até porque as palavras

Divulgação
"(...) não pode o Senado ficar sem ter conhecimento desses vídeos. (...) Isso não pode ficar debaixo do tapete".

usadas, segundo a imprensa, são palavras duras que inclusive não deveriam ser feitas em reunião de ministros presidido pelo próprio presidente da República. É um momento grave do país e o Senado Federal tem obrigação de estar atento às essas revelações que precisam ter conhecimento dos seus senadores e senadores", afirmou Otto Alencar.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, deu prazo de 48 horas para que Procuradoria Geral da República (PGR), Advocacia Geral da União (AGU) e Sergio Moro se manifestem sobre o

sigilo da gravação da reunião ministerial. Celso de Mello quer saber se PGR, AGU e Moro concordam com a derrubada parcial ou integral do sigilo do vídeo. O ex-ministro se mostrou a favor da divulgação. "O acesso ao vídeo da reunião ministerial do dia 22/4 confirma o conteúdo do meu depoimento em relação à interferência na Polícia Federal, motivo pelo qual deixei o governo. Defendo, respeitosamente, a divulgação do vídeo, de preferência na íntegra, para que os fatos sejam confirmados", escreveu o ex-juiz da Lava Jato, nas redes sociais. (RDS)

'É necessário buscar equilíbrio entre retomada econômica e conter doença'

ESTADÃO CONTEÚDO

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse ontem, em webinar promovido pela Câmara Árabe, que o resgate da economia é prioridade da atual gestão. Ao lado de preservar a economia, ele disse que a saúde do brasileiro também está no foco das preocupações, sobretudo para baixar a curva de contaminação e das mortes. "É necessário buscar equilíbrio entre contenção da doença e retomada da economia", frisou.

Segundo Mourão, as medidas que estão sendo

tomadas pelo governo Bolsonaro - como a destinação de recursos para empresas e trabalhadores - não significa que o equilíbrio macroeconômico será deixado de lado.

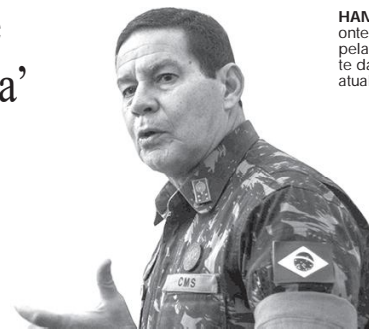
"Buscar estabilidade macro é fundamental para o Brasil crescer de forma sustentável".

No webinar da Câmara Árabe, o vice-presidente da República disse que no 'day after' após a pandemia do novo coronavírus, o governo terá programa Pro Brasil, que deverá estar pronto entre agosto e setembro.

O projeto foi lançado em abril pelo ministro-chefe da Casa Civil, general Braga Netto, sem a presença do ministro da

Economia Paulo Guedes, o que suscitou rumores iniciais, depois abafados, de que ele poderia deixar o governo. O Pro Brasil - que vai na linha contrária do que defende Guedes, pois prevê a utilização de recursos públicos para a retomada do crescimento - tem o objetivo de propiciar a criação de 1 milhão de empregos e recuperar a economia.

No evento de ontem, Mourão disse também que a atual crise não afetou a fronteira agrícola, pois "Estados menos afetados pela pandemia. "Nosso agronegócio é um caso de sucesso", disse, citando a alta tecnologia utilizada no setor. "O Brasil está comprometido com a



HAMILTON MOURÃO disse ontem, em webinar promovido pela Câmara Árabe, que o resgate da economia é prioridade da atual gestão

longo dos anos. Segundo ele, o fluxo comercial com esses países no ano passado totalizou mais de US\$ 12 bilhões. Os países árabes formam o terceiro parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

Indagado sobre acordos bilaterais, Mourão falou que o Mercosul apresenta problemas por causa da grave crise econômica que atinge a Argentina. "Ela praticamente se retirou da mesa das negociações bilaterais, isso complica as negociações, precisamos reorganizar o Mercosul até porque as relações políticas estão contaminadas, temos de trazer novamente a Argentina para o jogo"

cooperação comercial com os países árabes, temos relações estratégicas com essas nações, construídas ao longo dos anos, com fluxo que no ano passado totalizou mais de US\$ 12 bilhões, o terceiro parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos EUA."

Mourão que é preciso buscar aproximação com os parceiros comerciais sem as barreiras ideológicas ou culturais. Ele voltou a destacar a importância das relações com os países árabes, ressaltando que o País tem relações estratégicas com essas nações, construídas ao

STJ nega novo recurso de Flávio para sustar investigação



FLÁVIO BOLSONARO teve negado um novo pedido para suspender investigações sobre rachadinha

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou novo recurso apresentado pelo senador Flávio Bolsonaro para suspender as investigações do suposto esquema de rachadinhas que ocorreram em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A decisão barra pedido da defesa para levar ao colegiado da Corte a decisão do próprio ministro que, em abril, negou paralisar o caso.

O mérito do recurso trata de supostas ilegalidades na decisão do juiz Flávio Itabaiana, responsável pela autorização de quebra dos sigilos bancário

e fiscal do senador em abril do ano passado. Em março, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio determinou, por maioria, que não houve ação ilegal no caso.

A defesa de Flávio Bolsonaro afirma que Itabaiana justificou em apenas um parágrafo todas as 87 páginas do pedido do Ministério Público que fundamentam a decisão da quebra de sigilo.

O Ministério Público investiga supostos crimes de peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro no gabinete de Flávio Bolsonaro. O ex-chefe de gabinete Fabrício Queiroz seria o principal operador do esquema - ele já admitiu que recolhia parte dos salários dos servidores, mas negou

crime. Segundo o Ministério Público Estadual, sob estrutura criminosa montada com ex-assessor parlamentar (operador do esquema denominado de rachadinha), Flávio Bolsonaro teria desviado em proveito próprio o salário de assessores parlamentares, alguns deles fantasmas, e desfiado os valores sob a forma de distribuição de lucros em empresa de comércio alimentício da qual sócio e por meio de negociações imobiliárias super e subfaturadas.

As investigações do caso Queiroz evoluíram após quebra de sigilo bancário e fiscal contra Flávio, sua esposa, Fernanda Bolsonaro, e as contas da Bolsolini, loja de

chocolates do senador. Em novembro, o Ministério Público do Rio apontou que Queiroz teria recebido R\$ 2 milhões repassados por servidores de Flávio, e que parte do dinheiro desviado teria sido lavado na Bolsolini.

A quebra do sigilo bancário de Flávio Bolsonaro cobriu movimentações de janeiro de 2007 a dezembro de 2018 enquanto o levantamento do sigilo fiscal ocorreu entre 2008 e 2018. A época da solicitação, o Ministério Público apurava movimentações de R\$ 1,2 milhão na conta de Queiroz, detectadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e reveladas pela reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

Veículo: Política Livre	
Data: 14/05/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

14 de maio de 2020 | 09:15

Governo da Bahia conclui hospital de campanha na Arena Fonte Nova com 240 leitos

BAHIA

O governo da Bahia anunciou na manhã desta quinta-feira (14) a conclusão das obras do maior hospital de campanha do Estado, na Arena Fonte Nova, com 240 leitos – 100 de UTI e 140 de enfermaria. O anúncio foi feito pelo secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, no Twitter.

A unidade receberá pacientes infectados pelo novo coronavírus. Até esta quarta-feira (13), a Bahia tinha 6.547 casos confirmados e 236 mortos.



Fábio Vilas-Boas  
@fabiomboas

Obras concluídas do maior hospital de campanha da Bahia, Arena Fonte Nova, com 240 leitos, sendo 100 leitos de UTI e 140 de enfermaria. Enquanto chegam os equipamentos, estamos aperfeiçoando o sistema de ar condicionado e tocando o barco sob o timão do Gov [@costa_rui](#)



♥ 98 8:44 AM - May 14, 2020 - Salvador, Brazil 

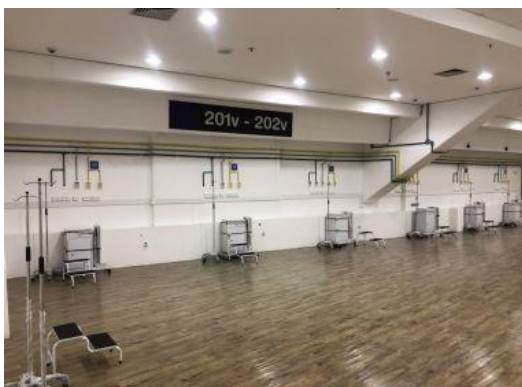
Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/05/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 14 de Maio de 2020 - 09:00

Fábio Vilas-Boas anuncia conclusão de hospital de campanha na Arena Fonte Nova

por **Ulisses Gama**



O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, anunciou através do Twitter na manhã desta quinta-feira (14) a conclusão do hospital de campanha na Arena Fonte Nova para atender pacientes com Covid-19.

A estrutura, que vem sendo montada desde março, vai contar com com 240 leitos, sendo 100 leitos de UTI e 140 de enfermaria.

O gestor da pasta indicou que o local aguarda pela chegada de equipamentos enquanto demais sistemas, como o de ar condicionado, vão sendo ajustados.

De acordo com o último boletim da Secretaria de Saúde da Bahia, dos 1.194 leitos disponíveis do Sistema Único de Saúde (SUS) exclusivos para Covid-19, 530 possuem pacientes internados, o que representa uma taxa de ocupação de 44%. Em relação aos leitos de UTI adulto e pediátrico, dos 496 leitos exclusivos para o coronavírus, 280 possuem pacientes internados, compreendendo uma taxa de ocupação de 56,5%.

Veículo: bahia.ba	
Data: 14/05/2020	Caderno: Economia

bahia.ba Publicado em 13/05/2020 às 21h00.

Senado aprova uso de R\$ 8,6 bilhões de fundo para combate à covid-19

O valor será usado por estados e municípios para a aquisição de materiais de prevenção à propagação dos casos



Foto: Marcelo Casal Jr / Agência Brasil

O Senado aprovou nesta quarta-feira (13) a Medida Provisória (MP) 909/19, que extingue o Fundo de Reservas Monetárias (FRM), administrado pelo Banco Central (BC). Os senadores aprovaram a transferência dos recursos para o combate ao novo coronavírus. O valor estimado do FRM é de R\$ 8,6 bilhões. Essas cifras deverão ser usadas por estados e municípios para a aquisição de materiais de prevenção à propagação dos casos.

A matéria foi aprovada ontem (12) pela Câmara dos Deputados. “Entendemos por bem que as disponibilidades do FRM, porventura ainda existentes, sejam destinadas integralmente à aquisição de materiais de prevenção à propagação do coronavírus”, disse o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), no relatório da MP.

“A conveniência política de tal medida é-nos muito clara, devendo o Parlamento assumir a responsabilidade de apontar iniciativas e ações necessárias para mitigar os efeitos da pandemia e, igualmente, fontes de recursos para apoiá-las”, acrescentou o senador, que também é líder do governo no Congresso.

O texto encaminhado pelo Executivo determinava que os valores do fundo deveriam ser usados para o pagamento da dívida pública federal, para ajudar no cumprimento da Regra de Ouro em 2020. Os deputados aprovaram mudanças na destinação do fundo, considerando o surto da covid-19. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidiu realizar uma sessão extraordinária para apreciar a MP, uma vez que ela precisaria ser votada até a próxima segunda-feira (18), senão perderia a validade.

Fundo de Reservas Monetárias

A lei que criou o FRM determinava que a receita líquida do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) fosse destinada à formação de reservas monetárias, a serem aplicadas, pelo Banco Central, em ações de intervenção nos mercados de câmbio e de títulos. As reservas também eram destinadas à assistência a instituições financeiras. A extinção do fundo atendeu a uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para respeitar o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal que proibiu o uso de recursos públicos no socorro a instituições financeiras.

Veículo: bahia.ba	
Data: 14/05/2020	Caderno: Economia

bahia.ba COVID-19

Publicado em 14/05/2020 às 09h26.

Paralisa da economia levará país à crise social a partir de julho, avalia equipe de Guedes

Pasta estima que não haverá dinheiro no caixa caso seja preciso prorrogar políticas emergenciais de socorro à população e empresas



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro Paulo Guedes (Economia) planeja uma retomada controlada das atividades para evitar o mergulho do país no caos social a partir do segundo semestre, informa reportagem do jornal Folha de S. Paulo. Segundo a publicação, diversos fatores levam a equipe de Guedes a prever que a economia entrará na UTI com as atividades paradas em razão da pandemia do novo coronavírus. Dentre as principais preocupações está o fato de que não haverá dinheiro disponível no caixa se, após junho, for preciso renovar o prazo das políticas emergenciais de socorro à população e empresas.

Os gastos da União com a pandemia, incluindo a ajuda de R\$ 600 para os trabalhadores informais, já levam o Orçamento deste ano para um déficit de R\$ 600 bilhões. Nota técnica da pasta, por outro lado, estima que cada semana de isolamento impediu o país de produzir R\$ 20 bilhões em riquezas. Se confirmado, será o maior recuo do PIB desde 1901, segundo dados do IBGE. Na avaliação de técnicos da área econômica, como continuam de portas fechadas, empresas de pequeno porte passaram dois meses sem acesso ao crédito diante das dificuldades do governo em estruturar mecanismos de garantias para os empréstimos.

Conforme dados internos da pasta, essas companhias registram um índice de falência sem precedentes. Elas respondem por mais de 80% dos postos formais de trabalho.

Mudança de discurso

Na quarta-feira (13), o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, divulgou uma projeção de queda de 4,7% no PIB (Produto Interno Bruto). Antes, havia previsão de alta de 0,02%. Nesse cenário, há uma mudança de discurso no time de Guedes de afrouxamento das medidas de isolamento social. A guinada vai ao encontro das declarações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Diferentemente do chefe, o ministro havia apoiado o confinamento como forma de conter o avanço do coronavírus. As medidas em estados e municípios já perduram dois meses. Projeções da Economia com base nos dados do seguro-desemprego indicam que, por enquanto, as demissões decorrentes da crise gerada pelo coronavírus representaram menos de 800 mil postos. A avaliação, contudo, é a de que poderá superar 5 milhões até o fim do ano se a paradeira for prolongada. Essas empresas são as grandes empregadoras, especialmente nas regiões mais afastadas do país.

Congresso autoriza reajustes para policiais civis e militares do DF ao custo de R\$ 505 milhões

Pela proposta, categoria terá aumentos de 8% e 25%; projeto foi aprovado com quase a maioria dos votos na Câmara e no Senado e agora vai para sanção presidencial

Julia Lindner e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

13 de maio de 2020 | 19h49

BRASÍLIA - Deputados e senadores aprovaram em sessão do **Congresso**, na noite desta quarta-feira, 13, projeto que autoriza a **recomposição salarial das polícias do Distrito Federal**. Com custo estimado de R\$ 505 milhões por ano, a proposta prevê a possibilidade de reajuste para carreiras custeadas pelo **Fundo Constitucional do DF**. O texto também contempla pagamentos retroativos a janeiro de 2020.

Inicialmente, **o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) 1 de 2020** foi aprovado na **Câmara dos Deputados** por **430 votos a favor e 43**

contrários. Depois, no **Senado**, o texto foi validado por 70 a 2. Agora, vai à sanção presidencial.

No fim do ano passado, o presidente **Jair Bolsonaro** cogitou editar uma **Medida Provisória** para dar **reajustes de 8% a 25% aos policiais civis e militares do DF**, mas recuou após o **Estadão/Broadcast** revelar pareceres da área econômica alertando para os riscos de ilegalidade, já que as despesas não estavam previstas no Orçamento.

O relator da proposta, senador **Eduardo Gomes (MDB-TO)**, incluiu uma brecha para permitir aumento a militares ativos e inativos do Amapá, Roraima e Rondônia, desde que eles tenham ingressado nas carreiras quando esses Estados ainda pertenciam à União.

Durante a sessão do Congresso no Senado, Eduardo Gomes afirmou que esta é uma matéria "única", porque o acordo vinha sendo costurado nos últimos dois anos. "**Brasília** já vem com esse aumento sendo prorrogado por muito tempo", alegou.

Vetos

Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, nesta terça-feira, 13, Bolsonaro segurou **a assinatura dos vetos à possibilidade de reajuste dos salários dos servidores para atender a uma demanda de governadores aliados,**

que querem garantir a concessão de alguns reajustes e gratificações antes da proibição que vai vigorar pelos próximos 18 meses (até o fim de 2021). O presidente tem até 27 de maio para sancionar **o texto que transfere R\$ 60 bilhões a Estados e municípios e cumprir a promessa feita ao ministro da Economia, Paulo Guedes, de barrar aumentos ao funcionalismo até o fim de 2021.**

No entanto, como mostrou o Estadão, foi o **próprio Bolsonaro que deu aval para o Congresso blindar as carreiras, especialmente as de segurança, contrariando recomendações da equipe econômica.**

Para o reajuste dos policiais do DF passar a valer, **é preciso ainda que o governo federal envie um projeto de lei ou uma Medida Provisória (com vigência imediata) para autorizar as correções e um outro projeto de lei do Congresso Nacional** para abrir o crédito no **Orçamento** necessário ao pagamento.

O governador do Distrito Federal, **Ibaneis Rocha**, afirmou à reportagem que o projeto que destrava o reajuste às polícias "é resultado de entendimentos políticos e técnicos". De acordo com ele, o texto atende "rigorosamente às regras constitucionais e legais, sobretudo no tocante ao princípio da responsabilidade fiscal".

Proposta

O governo federal tem a competência para solicitar ou não reajustes aos policiais civis e militares do Distrito Federal porque os salários são bancados com recursos do **Fundo Constitucional da DF**, que por sua vez é abastecido com dinheiro da **União**.

Pela proposta, os policiais civis teriam reajuste de 8% no subsídio em 2020. O salário de agente, que hoje vai de R\$ 8.698,78 a R\$ 13.751,51, ficaria em R\$ 9.394,68 a R\$ 14.851,63. Já a remuneração dos delegados, hoje de R\$ 16.830,85 a R\$ 22.805,00, passaria a ser de R\$ 18.177,32 a R\$ 24.629,40.

Para os militares, o reajuste da chamada Vantagem Pecuniária Especial (VPE) seria de 25%. As remunerações vão hoje de R\$ 1.498,95 (soldado de 2ª classe) até R\$ 7.279,17 (coronel). Com o aumento, passariam a ser de R\$ 1.873,69 a R\$ 9.098,96, respectivamente.

A deputada **Erika Kokay (PT-DF)** defendeu a aprovação do projeto, destacando que o **PT** é contra o congelamento de salários de servidores públicos. “Faz justiça a policiais e bombeiros militares prejudicados na proposta de reforma da **Previdência** e justiça aos policiais civis que há anos acumulam **perda de mais de 65% sem recomposição inflacionária**. Que há 10 anos lutam por reajuste de salários”, afirmou a deputada.

Líder do **Novo**, o deputado **Paulo Ganime (RJ)** ponderou que entendia a demanda da categoria, mas defendeu que deveria ser discutida em outro momento. “Acho que poderia ser debatido no momento adequado, mas estamos no meio de uma grande crise, em que milhões de brasileiros estão sem receber o seu sustento”, disse.

De acordo com dados oficiais, **já são mais de 6 milhões de trabalhadores que tiveram o salário reduzido ou o contrato suspenso por causa da crise provocada pela pandemia**. A expectativa é que **73%** dos empregados formais sejam atingidos com uma das duas modalidades. Outros **50 milhões de pessoas** já receberam o **auxílio emergencial de R\$ 600** pago pelo governo a desempregados e informais.

Desalento na equipe econômica com reajuste da PM do DF e demora no veto

Vera Magalhães

A decisão de conceder reajuste aos policiais militares do Distrito Federal caiu como uma bomba de desalento no Ministério da Economia. O reajuste já havia sido acertado desde o início do ano entre Jair Bolsonaro e o governador do DF, Ibaneis Rocha. Foi uma decisão tomada em conjunto com a reformulação do Fundo Constitucional que financia as despesas do Distrito Federal.

Mas o governo local atrasou muito a decisão. E conceder o reajuste justamente agora, quando a equipe de Paulo Guedes tenta justamente convencer Bolsonaro a bancar o congelamento de salários de todo o funcionalismo, inclusive de profissionais da área de saúde, por um ano e meio, “pega muito mal”, conforme admitiu ao **BRPolítico** um integrante do Ministério da Economia.

Para o time que tenta administrar a expectativa de explosão da dívida e do desemprego e queda acentuada do PIB, qualquer sinal de que o governo vai relaxar o controle de gastos é catastrófica para a imagem que o Brasil projeta para os investidores e os organismos econômicos de governança global, aos quais terá de recorrer na recuperação.

Quando Bolsonaro diz publicamente que vai atender a recomendação técnica de Guedes e vetar a possibilidade de reajustes dos servidores, e depois enrola e deixa passar o aumento aos policiais de uma unidade da federação governada por um aliado, ele desautoriza o ministro da Fazenda e passa um “sinal errado desnecessário” a esses atores, segundo o auxiliar do ministro.

Com o reajuste aprovado, o governo federal ainda terá de deixar mais uma “digital” na lambança: terá de enviar ao Congresso, em plena crise, uma medida provisória abrindo crédito para o aumento. E até agora o veto aos reajustes ainda não saiu, uma semana depois de Bolsonaro prometer-lo publicamente e ao vivo diante de Guedes em sua “marcha” até o STF.

Governo revisa PIB deste ano de alta de 0,02% para queda de 4,7%

Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimam queda do PIB brasileiro de, respectivamente, 5% e 5,3%

Lorena Rodrigues e Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo

13 de maio de 2020 | 11h25

BRASÍLIA - O governo federal revisou a estimativa oficial para o **Produto Interno Bruto (PIB)** de 2020 e passou a prever um tombo de 4,7%. O número foi divulgado pelo **Ministério da Economia** nesta quarta-feira, 13, por meio do relatório de receitas e despesas do orçamento de 2020.

A previsão anterior, divulgada em março, **era de que a economia teria crescimento de 0,02% neste ano**. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Se confirmada a projeção oficial, será **a maior recessão que o Brasil enfrentará em 120 anos**. Segundo estatísticas históricas do IBGE, não há

registro de uma queda tão grande da atividade desde o início da série, em 1901. Até hoje, o maior tombo na economia ocorreu em 1990, quando houve retração de 4,35% - foi o ano do Plano Collor I e do confisco do dinheiro que os brasileiros tinham em suas contas. A segunda maior queda já registrada foi em 1981, quando o PIB caiu 4,25% na esteira da crise da dívida externa brasileira.

A nova revisão da estimativa acontece em meio à pandemia do **novo coronavírus** - que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Ao estimar uma contração do PIB de 4,7% em 2020, o governo informou ter considerado diversas fontes de dados que indiquem o nível da atividade no mês de abril e, também, “a hipótese de que a quarentena ocorrerá no mês de maio”.

Na semana passada, os economistas do mercado financeiro estimaram um recuo de 4,11% para o PIB neste ano. O **Banco Mundial** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** estimam queda do PIB brasileiro de, respectivamente, 5% e 5,3%.

Nesta terça-feira, 12, o **Banco Central (BC)** informou seu cenário básico engloba uma queda forte do PIB na primeira metade deste ano, seguida de uma recuperação gradual a partir do terceiro trimestre de 2020.

Para 2021, 2022 e 2023, respectivamente, o Ministério da Economia projetou um crescimento de 3,2%, de 2,6% e de 2,5% para o PIB brasileiro.

Meta fiscal abandonada

A retração do PIB neste ano representará queda da arrecadação federal neste ano. Entretanto, o governo não terá de efetuar bloqueio de gastos públicos.

O contingenciamento seria necessário para tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 124,1 bilhões em 2020.

Entretanto, com a aprovação do decreto de calamidade pública pelo Congresso Nacional, a meta fiscal, que consta na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** deste ano, não precisará ser atingida.

Inflação

Segundo previsão da Secretaria de Política Econômica, a previsão para o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, indicador oficial da inflação, a expectativa para este ano passou de 3,12% para 1,77%.

Na semana passada, o mercado financeiro estimou um IPCA de 1,76% para 2020.

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%. O intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,5% a 5,5%.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)**. Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a **taxa básica de juros da economia (Selic)**.

No ano passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do Brasil, fechou em 4,31%, acima do centro da meta para o ano, que era de 4,25%. Foi a maior inflação anual desde 2016.

mercado **coronavírus**

Equipe de Guedes teme paralisia e crise social a partir de julho

Ministério espera queda de 4,7% no PIB em 2020 e risco de falências e desemprego no 2º semestre

Julio Wiziack e Bernardo Caram

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) autorizou a apresentação da conta da quarentena. Ele planeja uma retomada controlada das atividades para evitar o mergulho do país no caos social em julho.

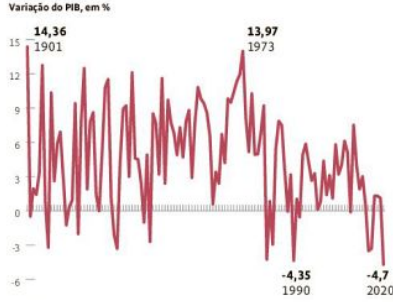
O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, divulgou nesta quarta (13) uma projeção de queda de 4,7% no PIB. Antes, havia previsão de alta de 6,22%.

Nota técnica do órgão estimou que cada semana de isolamento impediu o país de produzir R\$ 20 bilhões em riquezas. Se confirmado, será o maior recuo do PIB desde 1921, segundo dados do IBGE.

Nesse cenário, há uma mudança de discurso no time de Guedes de afrouxamento das medidas de distanciamento social. A guinada vai ao encontro das declarações do presidente Jair Bolsonaro.

Diferentemente do chefe,

Retração do PIB em 2020 pode ser a maior desde 1901



o ministro apoiara o confinamento como forma de conter o avanço do coronavírus. As medidas em estados e municípios já perduram dois meses.

Agora diversos fatores levam a equipe de Guedes a

prever que a economia entrará na UTI com as atividades paradas. A deterioração comprometerá o bem-estar da população a partir do segundo semestre.

Na avaliação dos técnicos,

como continuam de portas fechadas, empresas de pequeno porte passaram dois meses sem acesso a crédito diante das dificuldades do governo em estruturar mecanismos de garantias para os empréstimos.

Segundo dados internos da base, essas companhias registram um índice de falência sem precedentes. Elas respondem por mais de 80% dos postos formais de trabalho.

Projeções da Economia com base nos dados do seguro-desemprego indicam que, por enquanto, as demissões decorrentes da crise gerada pelo coronavírus representam menos de 800 mil postos.

No entanto, a avaliação é a de que poderá superar 5 milhões até o fim do ano se a paradeira for prolongada nos estados e municípios. Essas empresas são as grandes empregadoras, especialmente nas regiões mais afastadas do país.

A preocupação de Guedes é que não haverá dinheiro disponível no caixa se, após junho, for preciso renovar o prazo das políticas emergenciais.

Os gastos da União com a pandemia, incluindo a ajuda de R\$ 600 para os trabalhadores informais, já levam o Orçamento deste ano para um déficit de R\$ 600 bilhões.

Até o momento, o governo conseguiu minimizar o aumento do desemprego formal com uma MP que autorizou a redução de jornada e de salário por três meses.

Muitos setores pedem que essa política seja renovada para até o fim do ano.

Sachsida, porém, rejeita prorrogação de medidas de

socorro e diz que uma ampliação no período de restrições elevará as perdas da economia.

A projeção considera que, quanto maior o prazo de isolamento, maior o número de falências e demissões. A medida também amplia o endividamento corporativo.

"Essa nota não tem conotação de crítica sobre as políticas de isolamento social", disse Sachsida. "[Essa nota] Foi feita exclusivamente para mostrar o custo econômico dessas políticas e fazer as estimativas para o PIB."

Assessores de Guedes disseram que o cálculo das perdas com o isolamento estava pronto há semanas. Porém, Guedes preferiu segurá-lo para não parecer que estava defendendo a economia em vez da saúde.

Essa "primeira onda" do coronavírus, como Guedes chama a quarentena, levou o governo a liberar recursos para evitar desemprego e manter as pessoas em casa. Com isso, a dívida pública baterá em 90% do PIB neste ano.

A equipe econômica preparou medidas como a do corte de jornada e de salários, direcionou recursos para o crédito corporativo, abriu mão de receitas para tentar evitar que uma contaminação em massa levasse ao colapso do sistema público de saúde.

Nesse período, Bolsonaro defendeu a retomada das atividades, minimizando os efeitos do coronavírus.

Esse posicionamento deflagrou disputa política com governadores e prefeitos, que, em diversos casos, ignoraram o decreto federal que ampliou a lista de serviços essenciais.

Na semana passada, o presidente se aproveitou da visita de representantes da indústria no Planalto para pressionar o presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

Depois de ouvir dos empresários que a economia parou e que os efeitos seriam danosos, Bolsonaro solicitou uma audiência surpresa à corte.

Ele levou os empresários para tentar dividir com Toffoli o ônus da crise. Durante a visita, os representantes de 15 setores da economia afirmaram a Toffoli que estão prontos para a retomada.

Eles disseram que conseguiriam voltar às atividades com protocolos seguros de saúde.

O presidente do Supremo pediu responsabilidade. Ele propôs a criação de um comitê envolvendo todos os Poderes, inclusive entes federais — estados e municípios.

Na conversa, Guedes disse que o pulso da economia estava fraco e que corriamos o risco de "virar uma Venezuela" se o isolamento persistir por mais tempo.

Nos bastidores, o chefe da Economia avalia propor que o grupo proposto por Toffoli possa discutir um programa de "retomada controlada". A medida valeria para setores aptos, como montadoras e indústrias.

O controle seria garantido por um protocolo a ser definido pelo Ministério da Saúde com os procedimentos necessários (adaptações de linhas de montagem, como distanciamento entre funcionários) para evitar contágios. Para isso, seriam exigidos testes em massa.

OCDE aponta colapso sem precedentes nas principais economias

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Abril também foi um mês de colapso sem precedentes nas perspectivas de crescimento de 9 entre 11 das principais economias, segundo o indicador CLI divulgado pela OCDE (organização que reúne 37 dos principais países do mundo) nesta terça (12).

De acordo com a entidade, as medidas de quarentena, necessárias para conter a pandemia de coronavírus, continuaram a ter um impacto severo na produção, no consumo e na confiança de consumidores e investidores. O CLI é um indicador composto que projeta pontos de virada nos ciclos de negócios.

Na comparação com o índice de abril de 2019, a Rússia teve a maior queda, de 9,17%, seguida pelo Reino Unido, com 7,93%, e o Brasil, com 7,82%, tendência de recuo muito superior à revelada pelo índice de março, que, para o Brasil, era de -1,26%.

A tendência é de redução se-



Mulher à frente de loja com mensagem otimista em Arlington, nos EUA. Olivier Douliery/Alp

vera na atividade também no Canadá, no Japão, na França, na Alemanha, na Itália e nos EUA, e o indicador aponta queda também para a Índia.

Na China, no entanto, onde as medidas de contenção já foram flexibilizadas, o setor in-

dustrial aponta para mudança positiva — a OCDE ressalva que as informações atualmente disponíveis para o mês de abril na China são parciais.

O CLI mostra movimentos de curto prazo em relação a seu potencial de longo pra-

zo, ou seja, uma queda no indicador não é uma medida do grau de contração do PIB, mas uma indicação da força com que os países entraram nessa fase de contração.

Como medida de comparação, a organização diz que

o sinal é mais forte agora do que era na época da crise financeira de 2008.

A organização ressalva que, desde abril, é preciso ponderar a interpretação do CLI (e de indicadores futuros em geral), por dois motivos.

O primeiro é que ainda há incerteza sobre a duração das quarentenas, o que reduz muito a capacidade de o indicador prever movimentos futuros nos ciclos de negócios.

Além disso, o CLI não consegue antecipar o fim da desaceleração, também porque não está clara a severidade e a duração das restrições impostas.

O indicador começará a recuperar sua capacidade de prever quando empresas e consumidores começarem a se adaptar às novas realidades.

Segundo a OCDE, para melhorar a capacidade de previsão será fundamental que os governos comecem a formular e comunicar estratégias de longo prazo, além das medidas imediatas iniciais que eles tiveram que impor.

Colapso do consumo deprime perspectivas para o mundo, diz FMI

WASHINGTON REUTERS Um colapso no consumo e outros dados apontam uma revisão para baixo das já pessimistas perspectivas para a economia global, dada a pandemia global do coronavírus, afirmou uma autoridade do FMI (Fundo Monetário Internacional) nesta quarta-feira (13).

A economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, disse que os dados econômicos coletados desde abril confirmavam a previsão do organismo de uma contração de 3% na produção econômica global e apontavam cenários potencialmente piores.

"Na verdade, parece que as perspectivas vão piorar", disse ela em uma conferência organizada pelo jornal Financial Times, acrescentando que o colapso do consumo provavelmente levará a revisões para baixo.

MATCH DA SAÚDE

Ele avalia sua dieta, examina seu histórico familiar e aponta seu risco de ter um infarto. Só não vai malhar por você.

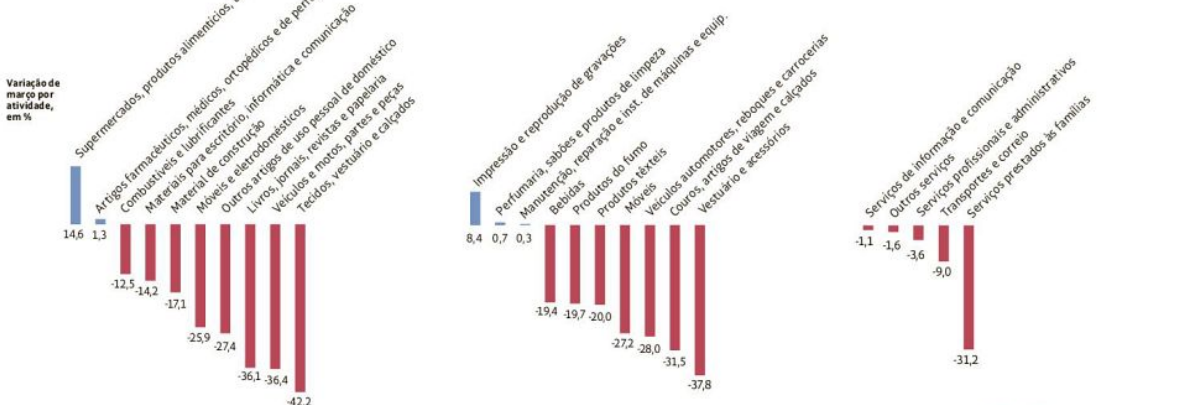
Chegou o **Match da Saúde**, a ferramenta gratuita da Folha que avalia seus hábitos, sua história e características pessoais para que você descubra se está se alimentando bem, se tem feito exercícios suficientes, como se prevenir de doenças do coração e de câncer e muito mais. Não importa seu gênero ou sua idade, as recomendações serão feitas sob medida para você.

Acesse agora: folha.com/matchdasaude

O Match da Saúde usou como base as fontes de maior credibilidade do mundo.

Patrocínio: **amil**

Como a pandemia impacta a economia real



Coronavírus altera consumo, e economia desaba em março

Com apenas 15 dias de pandemia, março tem a pior queda do comércio em 17 anos

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO As vendas do comércio tiveram o pior desempenho para um mês de março desde 2003. O setor de serviços teve queda recorde. O recuo da produção industrial só não foi maior do que o período da greve dos caminhoneiros de 2018.

Os indicadores divulgados nas últimas semanas pelo IBGE confirmam que, em apenas duas semanas de março, a pandemia do novo coronavírus teve fortes impactos sobre a atividade econômica.

O mercado espera que abril traga números ainda piores, com o agravante de que os efeitos no emprego devem ser maiores, afetando a renda da população e, assim, o ritmo de retomada econômica após a pandemia.

Nesta quarta (12), o IBGE divulgou o resultado das vendas do comércio durante o mês. O recuo de 2,5% foi o maior dos últimos 17 anos. Considerando o chamado "varejo ampliado", que inclui vendas de automóveis, a queda chegou a 13,7%.

Os números do varejo reforçam um cenário já percebido nos dados da indústria, que recuou 9,1% em março, e foram piores até do que durante as duas semanas da greve dos caminhoneiros, em maio de 2018. Naquela ocasião, ao contrário de agora, comércio e serviços para as famílias continuaram funcionando normalmente.

Agora, em março, os serviços caíram 6,9% por causa da suspensão de shows, cinemas, restaurantes e voos, entre outros.

O brasileiro deixou de lado bens duráveis, como eletrodomésticos e roupas, para gastar seu dinheiro com essenciais, como comida, remédios e produtos de limpeza.

As vendas dos supermercados cresceram 14,6%, alta recorde, chegando ao maior patamar da série histórica, iniciada em 2000. A procura por produtos de produtos farmacêuticos e de higiene subiu 1,3% e estão a 0,1% do maior patamar, atingido em novembro de 2019.

Por outro lado, as vendas de roupas (-42,2%), livros, jornais, revistas e papalana (-36,1%) e móveis e eletrodomésticos (-25,9%) tiveram os maiores recuos da série histórica do IBGE. Com as pessoas em casa, combustíveis também tiveram queda recorde (-12,5%).

Livros, jornais e revistas estão 72,3% abaixo do recorde, de outubro de 2013. Já os segmentos de automóveis e têxtil venderam em março cerca de metade do volume atingido nos melhores momentos, em junho de 2012 e abril de 2013, respectivamente.

Na divulgação dos números, o gerente do IBGE Cristiano Santos reforçou o que seus colegas já haviam dito nas divulgações dos indicadores anteriores: o resultado "foi bastante impactado" pelas medidas de distanciamento social.

Economistas ouvidos pela Folha veem também a adoção de um padrão de consumo em períodos de crise, que tende a perdurar. "Para comprar bens duráveis, as pessoas vão ter que fazer crediá-

rio. E, numa situação de incerteza como essa, não vão fazer", diz Cláudio Considera, do Ibré/FGV.

O aumento do desemprego e a queda na renda com suspensão de contratos e redução de jornada já impactaram a confiança do consumidor, que caiu 7,6 pontos em março, para o pior nível desde janeiro de 2017, segundo a FGV.

Com vendas em queda, as indústrias têxtil, de calçados, veículos e móveis estiveram entre as que mais cortaram a produção em março. No setor de serviços, aqueles voltados às famílias, como restaurantes, hotéis e cabeleireiros foram os mais afetados.

Embora o IBGE evite projeções, o mercado vê um abril pior, considerando que foi um mês inteiro de isolamento e que a corrida aos supermercados antes das restrições, que ajudou a segurar a queda do comércio e da indústria de alimentos, não deve se repetir.

"A esperança severa contração na renda de diversas famílias deve ser o componente principal dessa equação, afetando o consumo como um todo, inclusive as vendas em supermercados", acrescentam os economistas José Francisco de Lima Gonçalves e Mariana Major de Almeida, do Banco Fator.

A taxa de desemprego avançou para 12,2% no primeiro trimestre encerrado em março, com 1,2 milhão de brasileiros a mais em busca de um trabalho. As atividades com maior recuo foram construção, alojamento e alimentação e outros serviços, além de servi-

ços domésticos.

A economista Margarida Gutierrez, da Coppead/UFRJ, destaca que, além de pegar apenas 15 dias de pandemia, a expansão da taxa foi suavizada pelo fato de que muita gente deixou de procurar trabalho após o início das medidas de isolamento.

Além disso, muitos segmentos industriais optaram por férias coletivas ou medidas emergenciais, como suspensão de contratos ou empréstimo para financiar a folha antes de optar por demissões. "Vai ter uma hora que, se não começar a recuperar [as vendas], o cara vai demitir", diz a economista da Coppead/UFRJ.

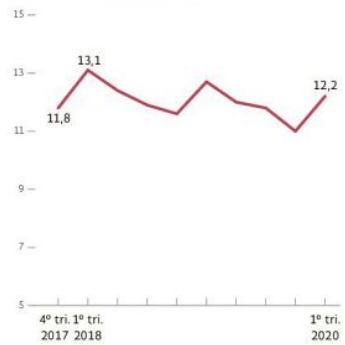
Um dos mais afetados pelo fechamento do comércio, o setor calçadista, por exemplo, fechou 31 mil postos de trabalho desde o início da pandemia, 5.000 deles apenas em maio. Segundo a Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados), 70% das empresas do setor informaram ter feito demissões.

"Infelizmente, muitas fábricas estão sem novos pedidos, ou mesmo com cancelamentos, pois o lojista não está vendendo", diz o presidente da entidade, Haroldo Ferreira. "Sem ter o que produzir, é impossível segurar mão de obra."

Defensora de uma reabertura gradual do comércio, a Abicalçados é parte do grupo empresarial levado pelo presidente Jair Bolsonaro a visita surpresa ao presidente do STF, Dias Toffoli, na semana passada, para questionar medidas de isolamento social.

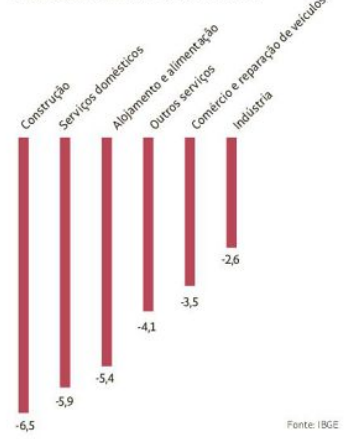
O cenário teve em março o primeiro reflexo no **desemprego**, apesar das medidas do governo para tentar preservar postos de trabalho

Evolução da taxa de desocupação no país, em %



Os maiores atingidos estão nos setores mais afetados pelo isolamento e naqueles que utilizam mais mão de obra informal

Varição no número de ocupados por atividade, em %



mercado coronavírus

Falta de cédulas trava auxílio, e BC pede impressão de R\$ 9 bi

Governo ainda não tem data para liberação da 2ª parcela do benefício de R\$ 600

Bernardo Caram e Larissa Garcia

BRASÍLIA A escassez de cédulas de dinheiro no país travou os pagamentos do auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores informais.

Fontes ouvidas pela Folha afirmam que a liberação da segunda parcela do benefício nessas condições poderia inviabilizar operações do sistema bancário.

Para tentar suprir a demanda, o Banco Central pediu que a Casa da Moeda antecipe a produção do correspondente a R\$ 9 bilhões em cédulas e moedas até o fim de maio.

De acordo com a autoridade monetária, o valor corresponde ao adiantamento, mas a quantidade de dinheiro em circulação contará ainda com a produção normal já programada.

No início de abril, o governo informou que os repasses da segunda parcela do auxílio seriam feitos nos dias 27, 28, 29 e 30 do mesmo mês. Portanto, o atraso já supera duas semanas.

Embora o crédito orçamentário esteja liberado, há risco de faltar cédulas nos bancos para os saques feitos pelos beneficiários.

Até o momento, o governo não apresentou novo cronograma dos repasses. Procu-

rado, o Ministério da Cidadania, responsável pelo programa, não apresentou previsão para os pagamentos.

Os balanços diários divulgados pela Caixa Econômica Federal mostram que não há novos repasses no programa desde o início de maio.

Do começo do mês até agora, o número de beneficiários permaneceu inalterado em 50 milhões de pessoas. O valor dos recursos creditados nas contas está parado em R\$ 35,5 bilhões no período.

Ao longo desta semana, bancos e operadores do auxílio fizeram uma série de reuniões no Ministério da Cidadania.

O problema não está relacionado a uma falta de orçamento do governo. Até o momento, já foram liberados aproximadamente R\$ 12,4 bilhões para a execução do programa.

Segundo pessoas que participam das discussões, a falta de papel-moeda seria o principal entrave.

A quantidade de dinheiro em circulação já cresceu desde o início deste mês. Entre 1º e 12 de maio, a autoridade monetária colocou 4,39 mil cédulas a mais em circulação. Ao todo são 7,69 bilhões de exemplares disponíveis para saque.

Apenas em abril, a autarquia gastou R\$ 80,2 bilhões em aquisição de cédulas, 12% do orçamento total do ano para a

compra de cédulas e moedas.

Em março, o BC tinha desembolsado só R\$ 1,3 bilhão.

O total de notas e moedas em circulação nesta semana corresponde a R\$ 31 bilhões, R\$ 20 bilhões a mais que no primeiro dia do mês.

Em nota, o BC informou que há entesouramento — quando o dinheiro fica parado na mão das pessoas — por causas de saques para formação de reservas financeiras, diminuição do volume de compras no comércio e porque parcela considerável dos valores pagos em espécie aos beneficiários dos auxílios não retornou à economia ainda.

A autoridade monetária alega, no entanto, que, até o momento, os estoques foram suficientes para atender as demandas. Nesta semana, a Caixa deve receber informações de um lote de pessoas cadastradas que ainda aguardavam resposta sobre o benefício ou apareçam no sistema como inconclusivo. Para esse pagamento, não deve haver restrição.

O problema, segundo relatos, está na segunda e na terceira parcelas. O temor é que um novo cronograma seja anunciado, mas não seja possível cumprir-lo.

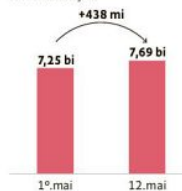
Nas últimas semanas, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, falou em mais de uma

Mais notas em circulação

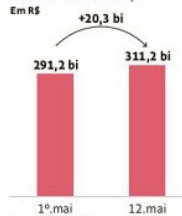
Pedido de adiantamento na produção da quantidade de cédulas em circulação

R\$ 9 bilhões até o fim de maio

Quantidade de cédulas em circulação



Valor de cédulas e moedas em circulação em R\$



Fonte: Banco Central

ocasião que a definição sobre os pagamentos da segunda parcela dependia de definições do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e do presidente Jair Bolsonaro.

Uma possibilidade azeitada seria a liberação da segunda parcela apenas para movimentações digitais, como transferências e pagamento de boletos. A alternativa, porém, pode gerar desgaste ao governo.

Na primeira parcela, pessoas que receberam por meio de contas digitais da Caixa precisaram aguardar um segundo cronograma para que pudessem fazer os saques.

Dos recursos liberados até o momento, mais de 90% foram sacados. Portanto, a demanda por papel-moeda nesse tipo de benefício tem se mostrado elevada.

A Caixa disse que aguarda a divulgação do calendário pelo governo federal para o pagamento da segunda parcela. "As medidas que serão adotadas para o atendimento ao beneficiário do auxílio emergencial serão divulgadas oportunamente", afirmou.

Os trabalhadores da Casa da Moeda já fazem hora extra. Embora parte dos funcionários esteja em casa para diminuir a exposição ao vírus, os que atuam na área da produção se revezam em escalas, inclusive aos fins de semana.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira, entidade que representa os empregados da Casa da Moeda, em meio à pandemia e ao aumento da carga de trabalho, eles enfrentam questões trabalhistas e estão sem plano de saúde e seguro de vida.

"Os acordos coletivos de 2019 e de 2020 estão em aberto, então cláusulas que garanti-

am plano de saúde e seguro de vida, por exemplo, cairam em janeiro", disse o presidente do sindicato, Aluizio da Silva Júnior. "Estamos tentando resolver na Justiça trabalhista, vamos fazer uma assembleia emergencial na próxima terça."

No início do mês, o sindicato recebeu documento da Casa da Moeda, ao qual a Folha teve acesso, que informava a possibilidade de antecipar a produção de dinheiro por causa do pagamento do auxílio e a necessidade de que os funcionários fizessem horas extras.

O documento pedia uma assembleia e detalhava que as horas extras serão pagas conforme legislação vigente.

Centrais buscam apoio do Congresso para fortalecer sindicatos

As maiores centrais sindicais do país tentam, por meio de negociação no Congresso, reduzir o alcance da regra que permite a adoção de acordos individuais de salário e jornada ou da suspensão de contratos de trabalho. As duas possibilidades foram criadas pelo MP 936, publicada em 1º de abril. Se a negociação avançar, trabalhadores com salários a partir de R\$ 1.500 só poderão ter redução de salário e jornada e suspensão de contrato após acordo coletivo com participação do sindicato da categoria. No texto em vigor atualmente, as empresas só ficam obrigadas a negociar com os sindicatos a intenção de aplicar as regras da MP para quem ganha a partir de R\$ 3.135. Mesmo nesses casos, se o corte de salário e jornada for de 25%, a mudança pode ser feita por acordo individual.



AGENTES DE VIAGEM PEDEM AJUDA NA ALEMANHA
Trabalhadores do setor de turismo reivindicam à frente do portão de Brandemburgo, em Berlim, medidas de socorro devido à paralisação ocasionada pela pandemia do novo coronavírus.
Odd Andersen/AFP

TCU manda militares devolver R\$ 600 e quer lista de nomes

Fábio Pupo

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que o governo inclua no Portal da Transparência as informações de todos os cidadãos contemplados com o auxílio emergencial de R\$ 600. Os dados devem estar disponíveis 15 dias após cada pagamento.

A decisão foi tomada após o governo constatar o pagamento indevido do auxílio a militares. O órgão determinou que eles devolvam o dinheiro e que a lista completa de quem obteve os recursos seja enviada ao tribunal, que também exige medidas para o erro não se repetir.

As medidas foram tomadas inicialmente pelo ministro Bruno Dantas, em caráter cautelar, e acolhidas posteri-

ormente pelo plenário com novas determinações. A divulgação no Portal da Transparência foi uma sugestão da ministra Ana Araes, que solicitou a discriminação dos nomes por município.

Na terça (12), o governo divulgou nota dizendo que vai apurar o pagamento do auxílio a mais de 73,242 militares, pensionistas, dependentes e anistiados cadastrados na base de dados do Ministério da Defesa. Em conjunto com o Ministério da Cidadania, a pasta afirmou que foi feito um cruzamento de dados e que foram identificados possíveis recebimentos indevidos.

Em sua decisão, Dantas ressaltou que não existe previsão legal para que os pagamentos sejam feitos para militares pois eles não estão entre

as pessoas beneficiárias previstas pela lei.

"Não há hipótese legal, nem pela mais forçosa interpretação da lei, para um militar ativo, inativo ou pensionista ser titular do auxílio emergencial", afirma o ministro em sua decisão.

Dantas ressalta que a lei proíbe o pagamento do auxílio a quem tenha emprego formal ativo e que são considerados empregados formais os agentes públicos, independentemente da relação jurídica, inclusive os ocupantes de cargo ou função temporários ou de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração e os titulares de mandato eletivo.

A quantidade de pessoas cadastradas no Ministério da Defesa que receberam o auxílio levaria a um gasto de no mi-

nimo R\$ 43,9 milhões na primeira parcela e poderia chegar a R\$ 131,8 milhões se todas as três parcelas fossem pagas.

O ministro determinou que os recursos sejam devolvidos e, caso isso não tenha sido feito até a data de fechamento da folha de pagamento do mês de maio, que o valor seja descontado do salário.

Dantas lembra a intenção anunciada pelo governo de apurar o caso, mas diz que a cautelar foi necessária mesmo assim. "É fundamental que esse ressarcimento seja rápido e integral. O tribunal tem amplo histórico na fiscalização de pagamentos indevidos de benefícios sociais e dessa experiência evidencia um processo moroso e ineficaz de ressarcimento desses pagamentos", afirma.

Bolsonaro atribui irregularidade a garotada humilde

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro atribuiu à "garotada que garotada presta o serviço militar obrigatório. São pessoas oriundas das classes mais humildes da população. São os mais pobres. Estão servindo ao Exército no corrente ano. [Também a] Marinha e Aeronáutica. E alguns se inscreveram [para receber o auxílio emergencial]. Como no passado, não tinha renda nenhuma, acabaram recebendo", disse Bolsonaro.

"Não fala militares não", reagiu Bolsonaro ao ser questionado na porta do Palácio da Alvorada, nesta quarta-feira (13), sobre a irregularidade. "Mais ou menos 2%, 3% da garotada presta o serviço militar obrigatório. São pessoas oriundas das classes mais humildes da população. São os mais pobres. Estão servindo ao Exército no corrente ano. [Também a] Marinha e Aeronáutica. E alguns se inscreveram [para receber o auxílio emergencial]. Como no passado, não tinha renda nenhuma, acabaram recebendo", disse Bolsonaro.

coronavírus mercado

Vendas no varejo caem menos em SP

Tombo no país foi menor do que o esperado, mas bola de neve mal começou a rolar

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

As vendas no varejo em São Paulo não caíram em março, caso único entre os estados do país. Sim, março é o passado distante e não foi inteiramente contaminado pelo coronavírus. Além disso, quando se incluem as vendas de veículos e de material de construção, o colapso foi grande e geral, embora o resultado paulista não tenha sido dos piores, ao contrário, e abaixo da média brasileira.

Não é resultado para animar ninguém. Pode ser mais um indicio de desigualdade.

Com renda mais alta e mais reservas financeiras, talvez os paulistas tenham podido manter parte do consumo, em especial em mercados e farmácias, talvez até fazendo mais estoques. Pode ser ainda que as pessoas tenham mais meios em geral de fazer compras virtuais, pela internet, tendo mais dinheiro e cartões de crédito ou débito.

Em março, as vendas no varejo paulista foram 0,7% superiores a fevereiro e espantosas 5,4% maiores que em março de 2019. Na média brasileira,

quedas de 2,5% e 1,2%, respectivamente.

No varejo dito "ampliado", que inclui vendas de veículos e material de construção, a baixa paulista foi de 11,1% em relação a fevereiro, oitavo pior resultado nacional, mas acima do resultado do Brasil, que foi de queda de 13,7%.

As vendas dos setores "hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo" cresceram, no país, 14,6%, de fevereiro para março; de farmácia, perfumaria e produtos médicos e ortopédicos, 1,6%. No varejo restrito, sem veículos e material de construção, as vendas dos supermercados têm peso de metade do resultado final.

números de março no comércio, na indústria e nos serviços acabaram por rebaixar ainda mais várias projeções relevantes para o ritmo do PIB, que estão chegando perto da 5% de queda. É terrível, mas as revisões para baixo ainda não têm data para acabar.

Abril foi um mês inteiro tomado pelas paralisações de atividades, de retração do consumo pelo medo e pela queda abrupta de renda e do nível de emprego. Alguns mínimo sinal de despiro? Os indicadores mais recentes de atividade econômica são quase inexistentes; os números, de resto, podem estar todos perturbados, tanto ou mais quanto a vida e a perspectiva de sobrevivência das pessoas.

Um número que tem sido com frequência o do valor de compras com cartão, débito ou crédito. Na primeira semana de paralisação da epidemia,

havam caído mais de 52% em relação a semana equivalente de fevereiro. Houve uma ligeira despiro nas semanas seguintes. Nas semanas finais de abril, as baixas andavam pela casa de 35% de baixa (sempre em relação a semana equivalente de fevereiro).

Os dados são do Cielo, de compras com cartão no varejo. No total, o valor dessas compras equivale a cerca de 40% do que nas contagens nacionais, no PIB, se chama de "consumo das famílias".

Ainda assim, apesar dessa aparente despiro, não dá para dizer o que foi abril no varejo e menos ainda no restante da economia. O efeito bola de neve mal começou. Demitidos e cortes de salários reduzem o consumo e provoca mais medo do futuro, o que coloca os consumidores restantes na retração.

Congresso aprova reajuste a policiais do DF; impacto é de R\$ 505 mi

Danielle Brant e Iara Lemos

BRASÍLIA O Congresso aprovou nesta quarta-feira (13) crédito de R\$ 776 milhões ao Ministério da Justiça e o reajuste salarial a policiais do Distrito Federal, mas adiou a votação do R\$ 34,6 bilhões de crédito extra que permitiria ao governo contornar a

regra de ouro. A sessão remota foi dividida em duas partes. Na primeira, os deputados apreciaram os dois projetos. O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), acabou pedindo e retirou o crédito extra de pauta. A seguir, os senadores analisaram os mesmos projetos.

Os projetos aprovaram o projeto que autoriza reajuste para policiais e bombeiros do DF, custeados com recursos do Tesouro por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal. A proposta altera a lei orçamentária de 2020, prevendo o pagamento aos profissionais retroativo a janeiro deste ano.

O projeto, que será encaminhado à sanção presidencial, permite aumento de 8% para policiais civis do Distrito Federal e de 25% para policiais militares e para os bombeiros do DF. Ao todo, os reajustes terão impacto de quase R\$ 505 milhões. A possibilidade de reajuste também se aplica a milita-

res de ativa, inativos e pensionistas de Amapá, Rondônia e Roraima. O escolhido para relatar o projeto de reajuste de policiais do DF foi o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Ele deixou o isolamento e foi até Brasília para relatar a medida. Ao defender a votação do

projeto, criticada pelo líder do partido Novo na Câmara, deputado Paulo Gama (R), o senador afirmou que seria "complicado deixar de lado esses profissionais que fazem parte desse eixo de garantia da segurança pública por uma questão técnica, para ter sido a última votação da Comissão de Orçamento".

Fundação Zerbini - Edital nº 01/2020 - 01/01/2020 - 13 - Aviso de Licitação - A Fundação Zerbini tem intenção de processar a licitação de...

SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Edital nº 001/2020 - Edital de Licitação para contratação de serviços de...

Fundação Zerbini - Edital nº 01/2020 - 01/01/2020 - 13 - Aviso de Licitação - A Fundação Zerbini tem intenção de processar a licitação de...

A empresa Telefônica Brasil S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, torna público que em 11/05/2020 recebeu a Licença de Instalação de Infraestrutura de Meio Ambiente e Secretaria dos Serviços Urbanos e Meio Ambiente da F.R.C.C.G. para canalização subterrânea para cabimento de telefonia fixa em área pública, conforme processo nº 1664/2020, nos logradouros Rua Marcelino Freire, Rua Carlos Veiga, Rua Manoel Sales, Rua Vidal de Negreiros, Rua Simão Leal, Rua Barão do Atílio, Rua Cavalcante Belo e Avenida Marechal Rondon Patrício, localizados em Campinas Grande - PB. Com validade de 730 dias.

LACTÍCIOS TIROL LTDA - CNPJ 03.011.247/0001-30 - CONVOCAÇÃO 001/2020 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - A Assembleia Geral Ordinária será convocada para o dia 22 de maio de 2020, às 10h00, na sede social da empresa...

ABIMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA - Edital nº 001/2020 - Edital de Licitação para contratação de serviços de...

Câmara Municipal de Foz de Iguaçu - Edital de Licitação - Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra de 50 (cinquenta) postos de serviço, sendo 04 (quatro) postos de atividade de inspeção e 04 (quatro) postos de atividade de copa (LOTE I)...

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 04.895.728/0001-80 - NIRE 15.300.007.252 - Companhia Aberta | Código CVM nº 01830-9 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020 - O representante do Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. ("Equatorial") vem pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º do Estatuto Social da Equatorial Energia S.A. ("Estatuto Social")...

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ Nº 06.272.900/0001-84 - NIRE 213000886-9 | Código CVM nº 01660-8 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2020 - O representante do Conselho de Administração da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") vem pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º do Estatuto Social da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Estatuto Social")...

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO - MINISTERIO DA ECONOMIA - PATRIA BRASIL BRASIL - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS SERVIÇO DE SUPRIMENTOS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SAMF/SP Nº 010/2020 - o objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, para a contratação de serviços de desmontagem, montagem, transporte e instalação de divisórias, portas, e respectivas acessórios, com fornecimento de materiais para atender aos órgãos...

PRORROGAÇÃO DE DATAS - PG SABESP CS 0079320-Prestação de serviços de diagramação, com base em projeto gráfico fornecido pela SABESP; revisão de texto em português e inglês e maquiagem XML (compatível com o editor pelo Scilo / Scribus), para 12 (doze) edições da publicação científica - Revista DAE - São Paulo - SP e Edital para "download" a desde 29/04/2020 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credencialização (condicionante a participação) no acesso "Cadastro sua empresa".

AGUA, CUIDE BEM DESSE BOM. PORQUE CADA GOTA VALE MUITO. - Logo SABESP e Governo do Estado de São Paulo.

Fraudes na pandemia expõem a degradação das compras públicas

Órgãos de controle precisam acompanhar dispensas de licitação para evitar saques ao Estado

O Globo · 14 maio 2020

No país do mensalão, do petrolão e de tantos outros escândalos superlativos em que os cofres públicos são saqueados sem dó, não deveria ser surpresa a descoberta de que pessoas inescrupulosas estão se aproveitando das compras emergenciais na pandemia para roubar. Mas, mesmo considerando a corrupção endêmica que assola o país há anos, essa prática criminosa assume proporções dantescas, diante das mortes de mais de 13 mil brasileiros pela Covid-19, muitos tendo perdido a vida antes mesmo de ter acesso a um atendimento digno, para ter chances de sobreviver.

Com pouco mais de dois meses de pandemia, os casos de roubalheira já começam a pipocar por todo o país. Operações policiais realizadas em diferentes estados têm trazido à tona dados estarrecedores. No Rio de Janeiro, que concentra o segundo maior número de vítimas pela Covid-19 — já são mais de 18 mil infectados e 2.050 mortos —, a operação Mercadores do Caos, da Polícia Civil e do Ministério Público, já prendeu cinco pessoas. São acusadas de fraudar compras emergenciais de mil respiradores, no valor de R\$ 183 milhões. Entre os presos, estão o ex subsecretário estadual de Saúde Neves e o sucessor, Gustavo Borges.

Na semana passada, policiais foram às ruas em quatro estados (Rio, São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina) para cumprir 35 mandados de busca e apreensão contra membros de uma quadrilha suspeita de fraudes na compra de 200 respiradores para Santa Catarina. Em abril, o governo pagou R\$ 33 milhões pelos aparelhos, que seriam utilizados em leitos de UTI, mas a encomenda não chegou. O secretário de Saúde que autorizou o negócio, Helton de Souza Zeferrino, pediu exoneração.

Esses são apenas alguns exemplos, há muitos outros. Produtos comprados por preços bem acima dos de mercado, respiradores que não chegaram, ou que vieram, mas estão fora das especificações e não podem ser usados etc. Na verdade, a situação de calamidade pública em decorrência da pandemia impõe que os governos façam compras e contratações emergenciais, ou seja sem licitação. E disso, infelizmente, se aproveitam os saqueadores do dinheiro público. Uma demonstração da degradação ética a que se chegou neste mundo de compras do Estado. O fato positivo é que os órgãos de controle e as polícias estão agindo.

Senão há vacina contra desvios de dinheiro público, o único remédio é o acompanhamento dessas compras pelos órgãos de controle, como o MP. Pessoas que tiram proveito de situações trágicas, como a atual, precisam ser processadas e punidas exemplarmente. É a única forma de estimular a cessação desses crimes inomináveis, que envergonham qualquer sociedade civilizada.

Antes do veto, 25% de aumento a policiais do DF

À espera de socorro, estados preveem atraso de salários

O Globo · 14 maio 2020 · JOÃO SORIMA NETO, RAMONA ORDOÑEZ, MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA economia@oglobo.com.br SÃO PAULO, RIO E BRASÍLIA

O Congresso aprovou reajuste de até 25% para policiais e bombeiros do Distrito Federal, medida com custo de R\$ 504,97 milhões, que era aguardada pelo presidente Bolsonaro antes de vetar os aumentos para servidores em todo o país. O veto faz parte do acordo para liberar ajuda aos estados, que já preveem atraso de salários.

Os cofres dos governos estaduais estão sendo desidratados pela pandemia do novo coronavírus e a falta de dinheiro, agravada pelo atraso na sanção da ajuda aprovada pelo Congresso, já ameaça prejudicar o pagamento de servidores e a adoção de medidas de enfrentamento da crise. Especialistas consultados pelo GLOBO consideram que o aporte de recursos federais será fundamental para reequilibrar, momentaneamente, as contas, tanto de estados, quanto de prefeituras.

—Boa parte dos estados já estava praticamente falida. Com a queda de arrecadação, a situação se agrava e a oferta de serviços deve ser afetada — diz o economista Raul Velloso, um especialista em contas públicas.

A demora do presidente Jair Bolsonaro em sancionar a Lei que prevê um socorro de R\$ 120 bilhões (dos quais R\$ 60 bilhões em repasses diretos) para governadores e prefeitos torna cada vez mais crítica a situação do Rio, que está em regime de recuperação fiscal.

Segundo o secretário estadual de Fazenda do Rio, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, mesmo que a ajuda federal seja efetivada em breve, o estado corre o risco de atrasar salários de servidores e pagamento de fornecedores em setembro por falta de dinheiro.

—Sem nenhum centavo de ajuda financeira da União, o estado passará a ter dificuldades financeiras bastante sérias a partir de julho, já com dificuldade de pagamento dos servidores. Com os R\$ 2,5 bilhões da ajuda federal nosso fluxo de caixa indica que passaremos a ter problemas muito severos em setembro, quando a gente passa a atrasar salários e fornecedores. Somente em abril e maio, a estimativa da fazenda estadual é de uma frustração de receita de R\$ 1,7 bilhão. Segundo o secretário, a perda total de receita neste ano será de R\$ 20,6 bilhões.

FOLHA ATRASADA

Quedas de receitas são generalizadas entre os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a arrecadação caiu 17,5% em abril, com uma frustração de R\$ 700 milhões.

Com menos dinheiro em caixa, o pagamento da folha dos servidores, que já sofre parcelamento há quatro anos, deve piorar ainda mais. Em março, os salários foram pagos com 30 dias de atraso. Em abril, só quem recebe até R\$ 1.500 terá o dinheiro na data prevista.

“Sem os recursos do governo federal podemos ter riscos em relação à prestação de serviços, inclusive nos essenciais”, informou o governo gaúcho.

Em Minas Gerais, outro estado com situação fiscal ruim, a queda na arrecadação em abril foi de R\$ 1 bilhão. Para maio, a frustração deve bater em R\$ 2 bilhões, cerca de 40% do esperado para entrar no cofre no mês.

Por enquanto, o governo mineiro só conseguiu garantir o pagamento dos servidores do Executivo que atuam nas áreas da Saúde e Segurança Pública, que terão os salários depositados, integralmente, na próxima sexta. Ainda não há uma data prevista para o pagamento das demais categorias.

INADIMPLÊNCIA

Fabio Klein, especialista em contas públicas da consultoria Tendências, acredita que a falta de dinheiro pode gerar outro efeito: a inadimplência com os fornecedores. Só no ano passado, o ICMS arrecadado pelos estados chegou a R\$ 506,2 bilhões, o equivalente a pouco mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que mostra a importância desse tributo. Este ano, o valor arrecadado deve ficar R\$ 25,9 bilhões menor.

Ainda não há dados nacionais consolidados sobre a arrecadação de impostos dos estados. Mas números sobre o comércio de 12 unidades da federação dão um indicativo do tombo que as receitas estaduais terão neste primeiro semestre.

Em abril, a emissão de notas fiscais recuou 21%. Isso não representa a arrecadação em si, mas aponta como ela deve se comportar — servindo como um indicador antecedente da receita tributária.

Para Raul Velloso, em estados como Rio, Minas e Rio Grande do Sul — que já enfrentavam situação delicada antes da pandemia —, o dinheiro federal será crucial pois não há onde cortar despesas, como São Paulo fez no mês passado, ao anunciar que a arrecadação de ICMS sofreria um baque pela pandemia.

Somente em abril, a arrecadação de ICMS paulista ficou 19% menor.

Senado libera R\$ 9 bilhões para combate à Covid-19

Extinção de fundo administrado pelo BC vai garantir recursos para estados e municípios enfrentarem a pandemia do novo vírus

O Globo · 14 maio 2020 · ISABELLA MACEDO isabella.macedo.rpa@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, uma medida provisória (MP) que vai liberar aproximadamente R\$ 9 bilhões para estados e municípios, que poderão aplicar os recursos em ações de combate à pandemia do novo coronavírus. A MP 909 estabelece a extinção do Fundo de Reserva Monetária, que atualmente é administrado pelo Banco Central (BC).

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP), convocou uma sessão de votação de última hora, após consultar os líderes dos partidos, para garantir a votação da MP e a liberação de recursos para os cofres de governadores e prefeitos.

O texto agora segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Com receio de que a agenda de votações do Senado pudesse atrasar a votação da MP, que perderia a validade na próxima segunda-feira, os líderes concordaram em votar o texto no início da noite de ontem.

NOVO DESTINO

A MP já havia sido aprovada no plenário da Câmara no dia anterior. Os deputados aprovaram a mudança da destinação dos recursos do fundo que será extinto.

Originalmente, o montante que hoje está parado no Fundo de Reserva Monetária seria usado para pagamento de dívidas da União.

Com a mudança na destinação dos recursos, os senadores concordaram em votar a matéria com urgência.

— De fato, foi uma alteração significativa que a Câmara dos Deputados fez sobre essa matéria, por isso a manifestação feita por essa presidência foi de votarmos e deliberarmos o mais rápido o possível, porque ela iria expirar na segunda-feira, e como nós deliberamos que teríamos sessão deliberativa terça, quarta e quinta, talvez não houvesse tempo hábil, e acabaríamos perdendo a disposição desses recursos para estados e municípios — afirmou Alcolumbre.

Ao extinguir o Fundo de Reserva Monetária, os R\$ 8,6 bilhões que estavam reservados poderão ser usados pelos governos estaduais e municipais na contratação e compra de materiais para ações de combate ao novo coronavírus.

Os recursos serão repartidos de forma igualitária: 50% para os estados e 50% para os municípios. Mas as regras para a divisão entre governos estaduais e prefeituras ainda terão de ser estabelecidas.

Pelo texto aprovado por deputados e senadores, os entes somente poderão receber os recursos se “observarem protocolo de atendimento e demais regras estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para enfrentamento da pandemia da Covid-19.”

As regras de repartição a serem criadas deverão considerar — ainda que não exclusivamente — os casos da doença em cada ente.

Presidente eleva o risco de investir no país

O Globo · 14 maio 2020 · MÍRIAM LEITÃO

O presidente Jair Bolsonaro eleva o risco de investir no Brasil. A crise da saúde, as turbulências diárias que ele cria, os ataques às instituições democráticas, tudo tem sido colocado na balança pelo investidor estrangeiro, que sairá desta crise com uma desconfiança ainda maior sobre a economia brasileira. O real é a moeda que mais se desvaloriza este ano e ontem o dólar bateu novo recorde nominal. O grau de investimento ficou mais distante, com a perspectiva negativa na nota de crédito do governo pela agência Fitch. O risco-país saiu de 100 para 350 pontos de dezembro para cá. O que diferencia o Brasil de outros emergentes é a capacidade do presidente Jair Bolsonaro de produzir crises políticas constantes.

O dólar disparou 47% este ano, em relação ao real, saindo de R\$ 4,01 no dia 31 de dezembro para R\$ 5,90 no fechamento de ontem. Na média, explica a economista-chefe do banco Ourinvest, Fernanda Consorte, a valorização sobre as moedas de países exportadores de commodities está em torno de 15%. Ou seja, há um fator de risco que diferencia o Brasil de outros emergentes.

— Tem a recessão da pandemia, que é comum a todos. A queda dos juros, também, porque o BC brasileiro reduziu a Selic, mas outros países também baixaram. O que só existe no Brasil é o componente político. É a queda de braço do executivo com o Congresso, do governo federal com estados e municípios. A demissão do Mandetta, agora do Sergio Moro —explica Consorte. Em geral, essa é a avaliação feita entre os economistas, a de que o presidente em si, com sua inesgotável capacidade de criar conflitos, até dentro de sua própria administração, é um ponto desfavorável num momento em que há um nítido movimento de aversão ao risco. Com tantas incertezas, o capital corre para título americano, ouro, moedas fortes e sai de mercados emergentes. Para fugir do Brasil há uma razão a mais: o presidente faz uma direção temerária do país em meio a uma pandemia e uma recessão. Houve muita saída de capital externo, principalmente da bolsa, desde o começo do governo, quando ficou claro que ele continuava apostando na polarização extrema. Esse movimento se acentua este ano. No pregão da segunda-feira, saíram R\$ 711 milhões, maio já está negativo em R\$ 4 bilhões e no ano a saída é de R\$ 73 bilhões. A bolsa subiu no ano passado, mas impulsionada basicamente por investidores locais. Para haver a volta do investimento, só se ocorresse o cenário de retomada da agenda de reformas, com mais protagonismo dos presidentes da Câmara e do Senado, como no ano passado. Outro cenário seria o início de um processo de impedimento do presidente Jair Bolsonaro, que traria instabilidade no curto prazo, mas que poderia desanuviar o ambiente à frente.

— Alguma coisa vai ter que mudar depois da pandemia. Do contrário, não haverá investimento externo. A saída mais extrema, que seria o impeachment, balançaria as estruturas no curto prazo, mas o país passou por isso recentemente e deu certo. Talvez o mercado se acalme porque não será um evento novo —disse Consorte.

A agência Fitch, que na última semana colocou a nota da dívida soberana sob viés negativo, chamou de “volátil” a relação do Executivo com o Congresso e afirmou que esses “constantes atritos” reduziram a previsibilidade econômica e as perspectivas de reformas. A dívida bruta do governo vai disparar com os gastos emergenciais para lidar com a crise, e isso significa que o esforço fiscal terá que ser maior do que o projetado no início do governo Bolsonaro. As denúncias de interferência na Polícia Federal, feitas pelo ex-ministro Sergio Moro, “contaminaram” ainda mais o ambiente político, na visão da Fitch.

A imprensa internacional tem feito corrosivos comentários sobre a presidência de Jair Bolsonaro. O jornal “Washington Post”, em editorial, apontou Bolsonaro como o pior gestor da pandemia. A revista “Economist” chegou a falar em “insanidade” do presidente brasileiro. Uma das mais renomadas revistas científicas do mundo, a “Lancet”, escreveu que Bolsonaro é uma ameaça ao combate à Covid-19. O “Financial Times”, em editorial, falou que Bolsonaro está em processo de autodestruição. Toda essa exposição negativa do presidente brasileiro afeta a escolha do local para se investir. O risco Bolsonaro pesa sobre o próprio Brasil. Bolsonaro alimenta a fuga de capitais do Brasil, pela capacidade inesgotável de produzir crises. Real é a moeda que mais perde valor

Pandemia leva governo a prever retração de 4,7% no PIB este ano

Queda será a maior da série histórica do BC. Porém, se isolamento for até o fim de junho, tombo pode ultrapassar 6%

O Globo · 14 maio 2020 · MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo federal estima que a economia sofrerá uma retração de 4,7% este ano, conforme as novas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB), divulgadas ontem pelo Ministério da Economia. O dado traz, pela primeira vez, os efeitos da pandemia de coronavírus na atividade econômica. Em março, quando saiu a projeção anterior, ainda se esperava crescimento de 0,02%.



A projeção de queda de 4,7% considera um cenário em que o distanciamento social prossiga até 31 de maio. Segundo o subsecretário de Política Macroeconômica do ministério, Vladimir Kuhl Teles, a retração no PIB será superior a 6% se o isolamento for até o fim de junho. Se esse número se confirmar, será o maior tombo desde 1962, início da série do Banco Central. Até agora, o pior resultado foi registrado em 1990, quando o PIB recuou 4,35%. No ano passado, a economia cresceu 1,1%.

“Provavelmente, a retração do PIB neste ano será a maior de nossa História”, admitiu o ministério em nota, citando “a paralisação das atividades, a deterioração do emprego e a piora no cenário internacional”.

INFLAÇÃO DE APENAS 1,77%

Para 2021, 2022 e 2023, o Ministério da Economia projetou um crescimento de 3,2%, de 2,6% e de 2,5%, respectivamente.

— Nossa projeção leva em conta uma crise severa, com recuperação lenta e impacto permanente no longo prazo —disse Teles.

O governo tem mapeado os efeitos da pandemia sobre a atividade econômica, daí a queda brusca nas previsões oficiais. Para o ministério, “há enorme incerteza sobre o prolongamento

do isolamento, da velocidade da retomada da economia e do potencial de destruição estrutural da crise”.

No último Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central e que reúne as previsões de mercado, projeta-se queda de 4,11% no PIB este ano.

Organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) preveem um baque ainda maior: 5% e 5,3%, respectivamente.

Para minimizar o impacto econômico da pandemia, o governo já anunciou uma série de medidas, em um total de R\$ 349,4 bilhões em gastos do governo ou renúncia de receitas em 2020.

O governo atualizou ainda outros parâmetros importantes para a economia. A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado na meta oficial de inflação, passou de 3,12% para 1,77%. A meta para o ano é de 4%.

Para o dólar, a projeção é de uma cotação média de R\$ 4,99, contra R\$ 4,35 anteriormente. Já a estimativa para o barril do petróleo passou de US\$ 41,87 para US\$ 35,67.

Secretaria estima em R\$ 20 bilhões perdas semanais da quarentena

O Globo · 14 maio 2020 · (Manoel Ventura)

Estudo da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, estima que cada semana adicional de quarentena representa uma perda para o PIB de R\$ 20 bilhões. Na avaliação do governo, há um risco de forte aumento da inadimplência das empresas, de falências e aumento do desemprego.

Nos cálculos da secretaria, quanto maior a duração da quarentena, maior será a perda de arrecadação das empresas e seu endividamento, o que levaria a um número crescente de falências e destruição de postos de trabalho. A secretaria aponta ainda que “o mesmo efeito ocorre sobre o endividamento público”.

“Dessa forma, os efeitos da quarentena não se dão somente para o período em que vigora, mas com efeitos para os trimestres e anos posteriores”, afirma estudo.

Especialistas afirmam que o isolamento social dos que podem ficar em casa é a única maneira de evitar uma disseminação descontrolada do vírus e, como consequência, um colapso no sistema de saúde das cidades.

— A cada semana que se aplica distanciamento aumenta a probabilidade de falência das empresas, aumenta o desemprego e afeta a capacidade de retomada — disse o secretário de Política Econômica da pasta, Adolfo Sachsida.

Ele ressaltou que o Ministério da Economia não se manifesta sobre quando deve terminar a quarentena, o que cabe à pasta da Saúde, e que divulga informações sobre impacto econômico para “embasar as decisões”.

STF aceita flexibilizar Orçamento

O Globo · 14 maio 2020

> O Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou ontem a liminar do ministro Alexandre de Moraes que permite a flexibilização das leis orçamentárias. Essa flexibilização será válida durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus, permitindo gastos extras para combater a Covid-19.

> Ao mesmo tempo, os ministros extinguiram a ação da Advocacia-Geral da União (AGU) que pedia essa flexibilização. A Corte avaliou que o Orçamento de Guerra, aprovado pelo Congresso, já atendia à demanda.

Na ação, o governo pedia a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020.

> O artigo 3 do Orçamento de Guerra dispensa das limitações legais (como as diretrizes orçamentárias) as proposições legislativas e atos do Executivo que acarretem aumento de despesa, desde que não excedam o período de calamidade pública. O STF quis referendar a liminar, em vez de simplesmente extinguir a ação, por entender que a emenda inclui, além da União, estados e municípios. (Gabriel Shinohara)

Veículo: O Globo	Online
Data: 14/05/2020	Coluna: Economia



À espera de socorro da União, estados preveem atraso nos salários de servidores após queda na arrecadação

Para especialistas, recursos federais são fundamentais para reequilibrar contas. No Rio, secretário admite atrasar pagamento de fornecedor

João Sorima Neto, Ramona Ordoñez, Manoel Ventura e Bruno Rosa

14/05/2020 - 05:34 / Atualizado em 14/05/2020 - 08:43



Com grande parte do comércio fechado, estados e municípios sofrem com a perda de arrecadação. Na foto, lojas na região do Saara, no Centro do Rio Foto: Hermes de Paula / Agência O Globo

RIO, SÃO PAULO e BRASÍLIA - Os cofres dos governos estaduais estão sendo desidratados pela pandemia do novo coronavírus e a falta de dinheiro, agravada pelo atraso na sanção da ajuda aprovada pelo Congresso, já ameaça prejudicar o pagamento de servidores e a adoção de medidas de enfrentamento da crise. Especialistas consultados pelo GLOBO consideram que o aporte de recursos federais será fundamental para reequilibrar, momentaneamente, as contas, tanto de estados, quanto de prefeituras.

— Boa parte dos estados já estava praticamente falida. Com a queda de arrecadação, a situação se agrava e a oferta de serviços deve ser afetada — diz o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. A demora do presidente Jair Bolsonaro em sancionar a Lei que prevê um socorro de R\$ 120 bilhões (dos quais R\$ 60 bilhões em repasses diretos) para governadores e prefeitos torna cada vez mais crítica a situação do Rio, que está em regime de recuperação fiscal. Segundo o secretário estadual de Fazenda do Rio, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, mesmo que a ajuda federal seja efetivada em breve, o estado corre o [risco de atrasar salários](#) de servidores e pagamento de fornecedores em setembro por falta de dinheiro.

— Sem nenhum centavo de ajuda financeira da União, o estado passará a ter dificuldades financeiras bastante sérias a partir de julho, já com dificuldade de pagamento dos servidores. Com os R\$ 2,5 bilhões da ajuda federal nosso fluxo de caixa indica que passaremos a ter problemas muito severos em setembro, quando a gente passa a atrasar salários e fornecedores. Somente em abril e maio, a estimativa da fazenda estadual é de uma frustração de receita de R\$ 1,7 bilhão. Segundo o secretário, a perda total de receita neste ano será de R\$ 10,6 bilhões. Quedas de receitas são generalizadas entre os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a arrecadação caiu 17,5% em abril, com uma frustração de R\$ 700 milhões.

Cofres vazios

Receita deve cair este ano em boa parte dos Estados por causa dos efeitos da pandemia. Despesas, por sua vez, vão aumentar em consequência do combate ao vírus.



Fontes: Estados, Tendências Consultoria e economista Raul Velloso

O GLOBO

Menos receitas, gastos maiores Foto: Editoria de Arte

Com menos dinheiro em caixa, o pagamento da folha dos servidores, que já sofre parcelamento há quatro anos, deve piorar ainda mais. Em março, os salários foram pagos com 30 dias de atraso. Em abril, só quem recebe até R\$ 1.500 terá o dinheiro na data prevista.

“Sem os recursos do governo federal podemos ter riscos em relação à prestação de serviços, inclusive nos essenciais”, informou o governo gaúcho.

Em Minas Gerais, outro estado com situação fiscal ruim, a queda na arrecadação em abril foi de R\$ 1 bilhão. Para maio, a frustração deve bater em R\$ 2 bilhões, cerca de 40% do esperado para entrar no cofre no mês.

Por enquanto, o governo mineiro só conseguiu garantir o pagamento dos servidores do Executivo que atuam nas áreas da Saúde e Segurança Pública, que terão os salários depositados, integralmente, na próxima sexta. Ainda não há uma data prevista para o pagamento das demais categorias.

Inadimplência

Fabio Klein, especialista em contas públicas da consultoria Tendências, acredita que a falta de dinheiro pode gerar outro efeito: a inadimplência com os fornecedores. Só no ano passado, o ICMS arrecadado pelos estados chegou a R\$ 506,2 bilhões, o equivalente a pouco mais de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que mostra a importância desse tributo. Este ano, o valor arrecadado deve ficar R\$ 25,9 bilhões menor. Ainda não há dados nacionais consolidados sobre a arrecadação de impostos dos estados. Mas números sobre o comércio de 12 unidades da federação dão um indicativo do tombo que as receitas estaduais terão neste primeiro semestre.

Consequências da crise para os estados Foto: Editoria de Arte

Em abril, a emissão de notas fiscais recuou 21%. Isso não representa a arrecadação em si, mas aponta como ela deve ser comportar — servindo como um indicador antecedente da receita tributária.

Para Raul Velloso, em estados como Rio, Minas e Rio Grande do Sul — que já enfrentavam situação delicada antes da pandemia —, o dinheiro federal será crucial pois não há onde cortar despesas, como São Paulo fez no mês passado, ao anunciar que a arrecadação de ICMS sofreria um baque pela pandemia. Somente em abril, a arrecadação de ICMS paulista ficou 19% menor.

Bancada petista do Nordeste vão à Justiça contra venda da Gaspetro

Petrobras diz que venda de subsidiária não implica em mudança da governança das distribuidoras

Por **André Ramalho e Marina Falcão** — Do Rio e do Recife

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Parlamentares do PT no Nordeste vão tentar impedir, na Justiça, o avanço da venda da Gaspetro, empresa controlada pela Petrobras que reúne participações societárias em 19 distribuidoras de gás canalizado no país. Sócios da petroleira nessas concessionárias, os governos locais se queixam da falta de diálogo da estatal com as partes diretamente interessadas e cobram uma saída conjunta para a venda da empresa de gás.

Entre as lideranças políticas, há tanto aquelas contrárias à privatização da Gaspetro quanto as que avaliam vender as concessionárias estaduais e temem que o desinvestimento da Petrobras desvalorize as ações dos Estados nas concessionárias, numa alienação futura.

Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Jacques Wagner (PT-BA) e os deputados federais Joseildo Ramos (PT-BA) e Jorge Solla (PT-BA), ao lado do gaúcho Bohn Gass (PT-RS), ingressaram com uma ação civil pública na Justiça de Pernambuco pedindo a suspensão da venda da Gaspetro por pelo menos seis meses. Eles alegam que é temerário avançar com as negociações no momento atual, em meio à pandemia da covid-19 e ao choque dos preços do petróleo. A Petrobras deu prazo até sexta-feira para que os interessados se habilitem para avançar com as propostas.



Ver novamente

Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](https://www.who.int)

“Temos uma posição contrária à venda da Gaspetro, mas, se eles [Petrobras] vão fazer a alienação, que não escolham o pior momento possível”, afirma Humberto Costa, um dos autores da ação.

Para o secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro, a Petrobras e os governos estaduais deveriam buscar uma venda conjunta das ações de ambas as partes. “A venda da Gaspetro, dependendo do resultado, pode fazer com que nossas empresas percam valor”.

Segundo o **Valor** apurou, os governadores do Nordeste entendem que têm direito de preferência na compra da fatia da Gaspetro nas estatais e há interesse em exercer essa opção em alguns Estados.

Em março, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste encaminhou à Petrobras um ofício manifestando a preocupação com a venda da Gaspetro. O grupo pediu, na ocasião, que a estatal compartilhasse os estudos eventualmente realizados sob os aspectos jurídicos, societários e mercadológicos da operação.

A petroleira respondeu que a venda da Gaspetro não implicaria na mudança da governança das distribuidoras, nem qualquer restrição no exercício dos direitos e deveres dos Estados sobre as respectivas companhias, sem risco de ruptura nos acordos de acionistas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre aonde ele vai, desaba em lágrimas!

Estatal eleva preço da gasolina

Combustível será reajustado em 10% nas refinarias, a partir de hoje, para reduzir a desfasagem das baixas de 46,5% no acumulado do ano

Por André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras aumentará em 10% os preços da gasolina, nas refinarias, a partir de hoje. Não haverá mudanças para o diesel. O reajuste, o segundo em uma semana, ocorre em meio a pressões públicas do presidente da República sobre o aumento dos preços da estatal. Na semana passada, após a petroleira aumentar em 12% a gasolina, Jair Bolsonaro classificou a alta como uma “manobra” da estatal e disse que questionaria a companhia sobre o aumento.

A reação do presidente ocorre após meses seguidos de queda nos preços praticados pela empresa. Ao todo, a Petrobras já reduziu em 46,5% o valor do litro da gasolina, nas refinarias, no acumulado do ano. Para efeitos de comparação, a desvalorização do petróleo em 2020 é de 55% - vale lembrar, contudo, que os reajustes da empresa levam em consideração também o câmbio e eventuais estratégias de captura participação de mercado.

Este mês, contudo, houve uma reversão no movimento da Petrobras e a alta acumulada da gasolina nas refinarias já é de 23,2% na primeira quinzena, em meio a uma valorização da commodity no mercado internacional nas últimas semanas. O barril do tipo Brent, referência global e que terminou abril cotado a US\$ 25, subiu para a casa dos US\$ 29.

Segundo a Abicom, associação que representa os importadores, os principais concorrentes da estatal no abastecimento ao mercado doméstico, havia espaço

para um reajuste ainda maior por parte da petroleira estatal.

A alta da gasolina anunciada pela companhia para hoje é de R\$ 0,1024 o litro. A Abicom estima que, mesmo com o reajuste, a Petrobras continua vendendo seus produtos abaixo da paridade internacional. No caso da gasolina, a defasagem é de R\$ 0,15 o litro, após o aumento anunciado para esta quinta-feira. Para o diesel, essa defasagem está na faixa dos R\$ 0,25 o litro.

A Abicom considera, em suas contas, as despesas para internalização do produto até o porto e acrescenta a esses valores os custos com taxas portuárias, armazenagem e frete até o ponto de entrega. Já a Petrobras alega que o preço de paridade internacional “não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes” e varia de agente para agente.

Na semana passada, a declaração do presidente da República colocou o comando da estatal contra a parede e voltou a levantar dúvidas sobre o grau de autonomia da petroleira. O banco UBS publicou um relatório sobre o assunto, destacando que a Petrobras tem sido bem sucedida na aplicação de sua política de preços dos combustíveis no mercado doméstico em paridade com os preços internacionais, mas que comentários do governo sobre os movimentos de preços podem aumentar a percepção de riscos dos investidores.

“Apesar de destacar que ele [Bolsonaro] não estava intervindo na política de preços da empresa, acreditamos que quaisquer comentários de governo sobre os movimentos de preços da Petrobras poderiam aumentar a percepção de risco dos investidores no caso”, escreveram os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra.

O UBS observa que, além de pressionar para baixo das margens de refino, o não repasse do aumento dos preços internacionais pode ter um efeito negativo sobre a percepção de risco dos investidores potencialmente interessados nas refinarias à venda pela petroleira.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera em Bahia pílula alemã que "engrossa" cartilagem

Balanço da Petrobras no 1º tri deve trazer redução da receita

Resultado será parcialmente contaminado pela covid-19, queda da commodity e impairments (baixa contábil de valor de ativos)

Por André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Petrobras deve reportar hoje, após o fechamento do mercado, uma queda nas receitas do primeiro trimestre. A expectativa é que o balanço venha parcialmente contaminado pelos impactos da pandemia da covid-19. Mesmo com a queda da demanda por petróleo na China, seu principal parceiro comercial, e por derivados no mercado interno, a companhia conseguiu aumentar a sua produção e as exportações, na comparação com igual período do ano passado. O choque dos preços do petróleo no mercado internacional, contudo, deve pressionar os resultados da estatal para baixo.

O resultado financeiro é uma grande incógnita. Analistas de bancos apostam que a estatal fechará o trimestre no azul, mas as projeções não levam em consideração os efeitos não recorrentes. Diante da desvalorização abrupta da commodity existe a possibilidade de que os resultados venham acompanhados de impairments (redução ao valor recuperável dos ativos). No primeiro trimestre de 2019, o lucro líquido da empresa foi de R\$ 4 bilhões.

Itau BBA destaca que a contração de 19% no valor do barril no período levará à uma redução de 10% na receita líquida



“Acreditamos que a empresa, como já mencionado por sua administração, testará os ativos em relação à perda de valor, o que pode impactar negativamente os resultados da empresa”, cita o banco UBS.

O banco de investimentos destacou que o resultado mais fraco no primeiro trimestre será apenas uma prévia de um segundo trimestre “bastante desafiador”, diante da deterioração da demanda global por petróleo e da acentuação da desvalorização dos preços da commodity. O UBS estima uma queda de 9,9% nas receitas, em dólar. Em real, por sua vez, a queda esperada é da ordem de 1,5%, ante os R\$ 79,999 bilhões do primeiro trimestre de 2019..

Já o Itau BBA destaca que a contração de 19% dos preços do barril do petróleo, de US\$ 63 no primeiro trimestre de 2019, para US\$ 51 na média dos três primeiros meses de 2020, deve reduzir em 10% as receitas líquidas da companhia, para R\$

71,9 bilhões, apesar da desvalorização cambial. O balanço deve refletir também a queda das vendas de derivados pelas refinarias da estatal. O Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é estimado, por sua vez, em R\$ 29,3 bilhões, alta de 5%.

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Inep) comenta que, apesar da crise do setor, os números da Petrobras para o primeiro trimestre devem ser positivos. Isso porque a pandemia da covid-19, que provocou forte redução na demanda global, chegou de maneira mais intensa ao mercado doméstico apenas na segunda quinzena de março, ou seja, ao final do período de análise do instituto.

O Inep estima que a empresa fechou o primeiro trimestre com lucro líquido de R\$ 4,6 bilhões, caso não sejam incluídos no balanço efeitos não recorrentes como impairments. A expectativa do instituto é que o Ebitda avance 6,7%, para R\$ 29,3 bilhões. As receitas, porém, devem ficar em R\$ 74,8 bilhões, o que representa uma retração de 6,5%.

Entre os efeitos não recorrentes, a notícia positiva virá do acordo para encerrar o litígio arbitral proposto por um investidor da Sete Brasil, para obter ressarcimento pela Petrobras de alegados danos materiais relacionados ao investimento no projeto. A estatal informou que reverterá, no primeiro trimestre, a provisão de R\$ 634 milhões referente aos litígios.

Operacionalmente, a Petrobras conseguiu aumentar as suas exportações de petróleo e derivados no primeiro trimestre. Os embarques totalizaram, na média, 1,031 milhão de barris diários entre janeiro e março, o que representa um salto de 56,2% frente a igual período do ano passado. A produção de óleo e gás, por sua vez, totalizou 2,909 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) - alta de 14,6% em relação aos três primeiros meses de 2019 e uma queda de 3,8%, ante o quarto trimestre.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera em Bahia pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

Comércio recua em março e deve ter tombo recorde em abril

Retração de 2,5% em março foi menos intensa que a esperada

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

14/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

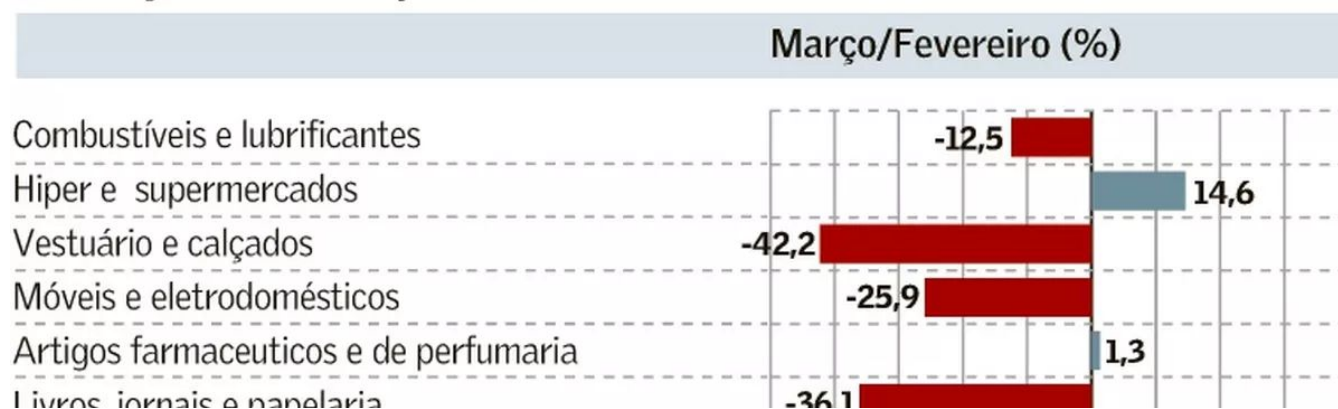
Ladeira abaixo

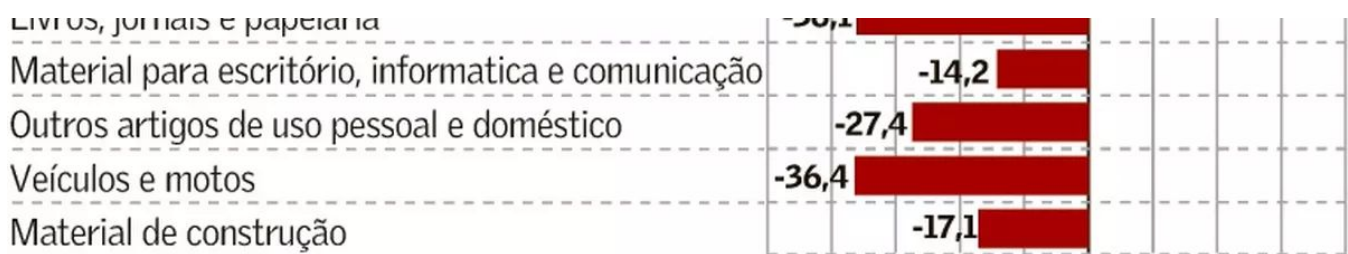
Vendas do varejo têm quedas recordes em março com covid-19

— Volume de vendas do varejo restrito* — Volume de vendas do varejo ampliado*



Variação das vendas por setores





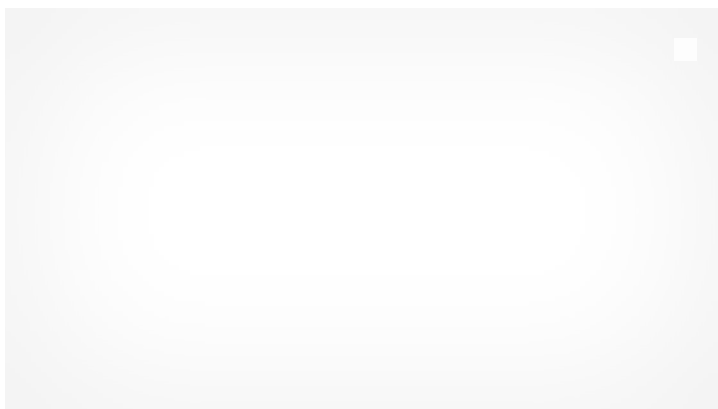
Fonte: IBGE * Índice de base fixa com ajuste sazonal (2014=100)

Com a corrida aos supermercados no fim de março, o impacto da pandemia de covid-19 sobre as vendas do varejo foi menos intenso do que o previsto por analistas. Mesmo assim, a leitura do março trouxe uma proliferação de recordes negativos no setor - e o pior ainda está por vir nos dados de abril.

Para analistas, além do fechamento de lojas ao longo de todo o mês de abril, as vendas de supermercados perderam força com o fim da corrida para estocar alimentos na quarentena. As projeções para o varejo ampliado vão de queda de 13,7% a 44% frente a abril de 2019.

As vendas de março do varejo restrito - que exclui o comércio de automóveis e de material de construção - recuaram 2,5% ante fevereiro, a maior queda para o mês desde 2003 (-2,7%). Analistas esperavam, pela mediana, baixa de 4,1% para o indicador.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

Já as vendas do varejo ampliado caíram 13,7% em março, frente a fevereiro, o pior resultado em 17 anos, início da série da PMC. A queda foi mais intensa no ampliado porque inclui as vendas de veículos, que recuaram 36,4%, também a maior baixa da série.

Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), diz que a intensidade da alta das vendas dos supermercados surpreendeu. As vendas do setor cresceram 14,6%, um recorde da série da pesquisa do IBGE.

Além de supermercados, o segmento de artigos farmacêuticos e de perfumaria salvou-se no mês, com alta de 1,3%. As farmácias foram consideradas como essenciais pelos decretos de isolamento e mantiveram abertas. Houve ainda maior demanda por produtos como álcool em gel e máscaras.

Fora essas atividades, março foi repleto de recordes negativos. Com o fechamento de lojas e menor disposição das famílias de consumir itens não essenciais, as vendas foram recordes negativos em vestuário e calçados (-42,2%), veículos (-36,4%), livros, jornais e papelaria (-36,1%), móveis e eletrodomésticos (-25,9%), artigos de uso pessoal e domésticos (-27,4%).

“Houve fechamento de estabelecimentos por decreto. As empresas não estavam preparadas para isso. Por outro lado, os consumidores se mostram mais cautelosos, principalmente pela incerteza quanto à renda e procuram focar os gastos nos itens essenciais”, disse Tobler.

Com o resultado do mês, as vendas do varejo restrito fecharam o primeiro trimestre com queda de 2% frente ao quarto trimestre do ano passado. Foi a queda mais intensa desde o primeiro trimestre de 2016. Pelo conceito ampliado, as perdas foram de 4,4% no primeiro trimestre, maior baixa desde quarto trimestre de 2008 (-7,3%).

Mesmo com a reabertura de estabelecimentos em algumas cidades no fim de abril, as vendas do varejo nacional devem recuar 12,7% no mês pelo conceito restrito e 29,7% pelo conceito ampliado, frente a março, segundo previsões preliminares da MCM Consultores. Para a consultoria, a queda deve afetar especialmente os bens duráveis, mesmo com famílias adquirindo mais produtos específicos do segmento (aspiradores de pó e batedeiras) devido ao maior tempo dentro de casa.

Segundo Isabela Tavares, analista da Tendências, as vendas do varejo ampliado devem recuar 13,7% em abril em relação a igual mês de 2019. Em março, o volume

de vendas do setor por essa base de comparação caiu 6,3%. Para ela, o impacto principal até o momento vem da oferta. “O efeito do desemprego deverá aparecer nos próximos dados do varejo, especialmente no segundo semestre.”

O auxílio de R\$ 600 do governo poderá contribuir em abril para que as vendas de hiper e supermercados tenham ainda desempenho melhor do que os demais setores, mas pouco ajudará em outras atividades. “Como são famílias de trabalhadores informais, de menor renda, os recursos não devem ser direcionados a outros bens.”

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, prevê queda de 44,7% das vendas pelo conceito ampliado em abril, na comparação ao mesmo mês do ano passado. Além de isolamento social ter se estendido por todo o mês, as vendas de hiper e supermercados devem passar para o terreno negativo.

Para maio, ele acredita que a intensidade da queda das vendas pode ser um pouco menor, graças sobretudo ao e-commerce de bens duráveis e semiduráveis. Em junho, ele espera que o afrouxamento das medidas de quarentena possam começar a aparecer nos indicadores do comércio.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre aonde ele vai, desaba em lágrimas!

FACTS2GO

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania

DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOTO MANIA APP

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

Congresso aprova aumento salarial

Até inativos vinculados a ex-territórios terão direito a reajuste

Por Raphael Di Cunto e Renan Truffi — De Brasília

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Enquanto 7,5 milhões de trabalhadores da iniciativa privada tiveram corte de salários por causa da crise gerada pela covid-19 e outros 1,5 milhão perderam o emprego, o Congresso aprovou ontem, com amplo apoio e atuação do governo, projeto de lei para permitir aumentar o salário dos policiais do Distrito Federal em até 25% - e que serão pagos de forma retroativa a janeiro.

O projeto custará R\$ 505 milhões para a União, dinheiro que já estava destinado pelo governo ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Dos R\$ 15 bilhões do fundo, menos de 1% é utilizado para investimentos na capital do país e quase tudo fica para o pagamento de salários. Além disso, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), ainda abriu brecha para que os militares da ativa, inativos e pensionistas que atuavam no Amapá, Roraima e Rondônia enquanto ainda eram territórios federais também recebem aumentos - os valores não foram divulgados pelo governo.

A polícia do DF é uma das mais bem pagas do país. Um escrivão em início de carreira da Polícia Civil do Distrito Federal recebe hoje, sem o aumento, R\$ 8.698,78 - salário que sobe a R\$ 13.751,51 no topo da carreira. Recente concurso, que acabou adiado por causa da pandemia da covid-19, registrou 50 mil inscritos para disputar 300 vagas. Em São Paulo, Estado mais populoso do país, um escrivão iniciante recebe R\$ 3.743,98.

Parlamentares ainda relataram, a maioria fora dos microfones, desconforto na votação, mas acabaram por endossar a proposta. O partido Novo foi o único a se opor ao reajuste salarial. As demais legendas, de oposição ou governistas, apoiaram o projeto, com exceção de PSDB e SD, que liberaram suas bancadas (não declararam voto nem contra nem a favor). “Não estamos dizendo que não seja justo, mas o Solidariedade acha que é inoportuno tratar de aumento salarial num momento desses”, disse o deputado Augusto Coutinho (SD-PE).

Líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ) protestou que milhões de brasileiros que já estão em dificuldades terão que pagar essa conta com seus impostos. “Hoje muitos trabalhadores perderam seu emprego ou estão sem saber até quando receberão salários. Estamos aqui falando de dar aumento para uma categoria muito importante, mas que está com seus salários em dia, tem estabilidade no emprego”, disse.

O projeto modifica a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 para permitir o reajuste e o pagamento retroativo a 1º de janeiro. Com a mudança, o presidente Jair Bolsonaro poderá editar medida provisória (MP) concedendo o aumento nos salários, que será de 8% para os policiais civis do Distrito Federal e de 25% para os policiais militares e bombeiros militares. Para Gomes, trata-se de reparar uma injustiça de dez anos sem aumentos salariais para os policiais civis e que não afetará as regras fiscais.

Mesmo partidos que declararam voto a favor do projeto fizeram ressalvas, já que, na semana passada, o Congresso aprovou que o repasse de dinheiro para Estados e municípios enfrentarem a pandemia estará atrelado ao congelamento dos salários dos servidores públicos até dezembro de 2021. Essa era uma demanda do ministro da Economia, Paulo Guedes, para que os servidores “contribuíssem”.

Os parlamentares aprovaram brechas para que profissionais de saúde, segurança pública (como os policiais) possam receber aumentos, mas Guedes protestou e o Bolsonaro diz que vetará a flexibilização - proibindo, assim, que todos os demais servidores do país tenham reajuste.

Após uma derrota do governo na Câmara, com a aprovação de que os R\$ 8,6 bilhões da extinção do fundo de reservas monetárias será repassado para Estados e

municípios combaterem a covid-19, o governo, que queria destinar o dinheiro para o pagamento da dívida pública, acatou a alteração e apoiou ontem a aprovação da medida provisória (MP) pelo Senado sem alterações. Com isso, o texto seguiu para sanção.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre o motivo, começa a chorar!
FACTS2GO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera em Bahia pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.
EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação
DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Quem nunca pensou em tentar tocar violão ou guitarra, chegou a hora de aprender.
GUITAR ACORDES

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Disparada do dólar eleva incerteza sobre rumos da economia

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que mostra exames sobre coronavírus se perder ação em última instância

Faturamento do varejo diminuiu 56%, aponta CNC

Crise pode eliminar cerca de 2,4 milhões de vagas com carteira, de acordo com entidade

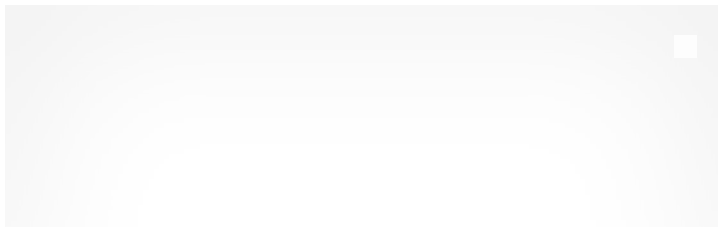
Por **Gabriel Vasconcellos** — Do Rio

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As perdas diretas impostas ao comércio pela crise chegaram a R\$ 124,7 bilhões entre 15 de março e 2 de maio. Com isso, o faturamento do varejo encolheu 56% em relação a igual período imediatamente anterior, disse a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a entidade, a crise pode eliminar cerca de 2,4 milhões de postos formais no varejo em três meses.

O economista da CNC responsável pelo levantamento, Fábio Bentes, diz que, em qualquer cenário, o início da retomada no setor só deve ocorrer em 2021 porque o desempenho nos próximos trimestres de 2020 serão comprometidos pelos efeitos da pandemia, mesmo que a doença seja superada.

Bentes diz não ser possível fazer estimativas precisas para o desempenho do varejo no ano. Primeiro porque a curva de infecção ainda cresce de forma consistente. Depois porque está difícil dimensionar os efeitos mais imediatos para o mercado de trabalho.



“Há um apagão estatístico no Caged [pesquisa do emprego formal], que são fundamentais para estimativa de comércio. Temos relatos de demissão e redução de renda sem precedentes, mas não há estatísticas confiáveis.” No fim de 2019, o governo federal anunciou mudanças na base de dados do mercado formal, com a introdução do eSocial, sistema eletrônico de informações a ser preenchido pelo empregador. Com as paralisações, entretanto, a entrega dos dados também foi comprometida.

As perdas do varejo chegaram a R\$ 23 bilhões na segunda semana após o início da pandemia, mas têm diminuído gradativamente. Na última semana pesquisada, o prejuízo foi de R\$ 18 bilhões.

Para Bentes, a intensificação de estratégias alternativas, como e-commerce, m-commerce, vendas por aplicativos de redes sociais, serviços de delivery e drive-thru, contribuiu para frear as perdas. Mas outro fator que pode ter contribuído para o resultado é a menor adesão ao isolamento social. “No longo prazo, isso deve atrapalhar muito, porque prolonga a agonia causada pela crise no setor. Se isolamento social e fechamento do comércio relaxam, você retarda muito o início da retomada.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você também está cometendo o erro de comer cúrcuma?

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre aonde ele vai, desaba em lágrimas!

FACTS2GO

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

Governo revê projeção e estima queda do PIB de 4,7% em 2020

Cálculo do Ministério da Economia é de que há uma perda de R\$ 20 bilhões a cada semana de isolamento social

Por Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Sachsida: Quanto mais semanas de isolamento, maior será o número de falências, de desemprego e impactos de longo prazo — Foto: Washington Costa/ME?

O Ministério da Economia calcula em R\$ 20 bilhões a perda de Produto Interno Bruto (PIB) semanal por causa do isolamento social. Considerando que essa política

continuará valendo até 31 de maio, a pasta projeta uma queda de 4,7% para o PIB brasileiro neste ano. A recuperação esperada para o pós-crise também não é animadora. Nas contas do ministério, em 2021 o PIB deve crescer 3,2%. Com isso, o patamar pré-crise só será alcançado no último ano do atual governo, ou seja, em 2022.

Em nota informativa divulgada ontem junto com os novos parâmetros, o ministério destacou que, quanto mais tempo durarem as medidas de restrição, maior será o tombo na economia. E o impacto não é só no cenário de curto prazo, mas também no de longo prazo.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, disse que a conta do impacto do isolamento não tem uma “conotação de crítica” às medidas de quarentena. “Precisávamos fazer estimativa sobre impacto de isolamento social para calcular o PIB”, justificou o secretário. “Estamos deixando claro para a sociedade o custo das decisões; é apenas um passo para nossas projeções. Cada semana a mais de isolamento aumenta chance de redução do PIB potencial de longo prazo... Quanto mais semanas ficarmos em distanciamento social, maior será o número de falências, de desemprego e impactos de longo prazo”, comentou.

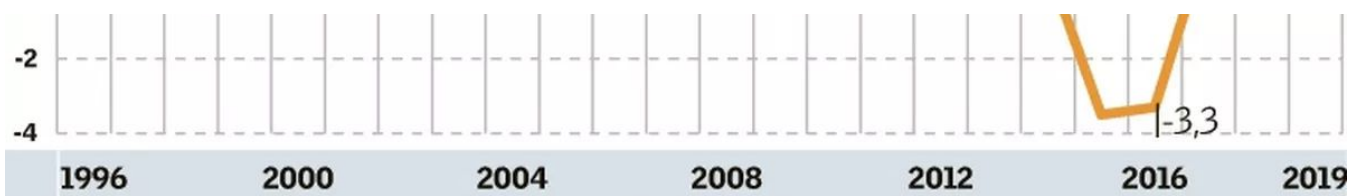
Tombo histórico

Novas projeções macroeconômicas

	2020	2021
PIB (%)	-4,7	3,2
PIB nominal (R\$ tri)	7,155	7,656
IPCA acumulado (%)	1,77	3,3
INPC acumulado (%)	2,45	3,5
IGP-DI acumulado (%)	4,49	4

■ Série histórica (%)





Fontes: Ministério da Economia/Secretaria de Política Econômica e IBGE

Esses efeitos, de acordo com o documento divulgado, podem ser decompostos em três componentes: “impacto imediato diante das restrições à produção e ao consumo; duração do período de recuperação; e impacto sobre a trajetória de longo prazo da economia”.

O texto ressalta que o crescimento passou a depender fundamentalmente da evolução da crise sanitária global. E que ainda há grande incerteza nas projeções. Por exemplo, se a crise durar duas semanas a mais, nas contas da secretaria a queda do PIB neste ano seria perto de 5,5%, sem falar na piora de longo prazo que está sendo contratada.

“A paralisação de algumas atividades em magnitude nunca observada dificulta a estimação de cenários prospectivos em diversas frentes, em especial no mercado de trabalho e na saúde financeira das empresas”, diz a nota. “Soma-se a esse ambiente de incerteza o risco de que medidas fiscais necessárias no curto prazo se tornem um problema no longo prazo”, acrescenta.

O subsecretário Vladimir Kuhl Teles afirmou que o cenário básico é de recuperação relativamente lenta, sem a volta súbita em formato “V”. E, mesmo com a retomada, ele avalia que economia seguirá em uma trajetória inferior ao que seria seu equilíbrio de longo prazo. Em outras palavras, crescerá em patamar mais baixo do que a trajetória antes da crise indicava.

O governo espera que a queda do PIB seja mais forte no segundo trimestre. Esse tende a ser o pior período, puxado pela queda esperada de 15% na indústria e de 6% nos Serviços. “Nossa projeção é de crise severa, com recuperação lenta e impacto permanente de longo prazo”, informou.

Teles destacou que os choques a que está sendo submetida a economia brasileira são majoritariamente deflacionários. Isso se traduz na projeção de IPCA em 1,77% neste ano e 3,30% em 2021. A alimentação em domicílio é um dos poucos itens que têm tido aumento, disse. “A tendência é que preços de alimentos devolvam inflação nos próximos meses”, comentou.

No cenário do Ministério da Economia, um dos principais entraves à retomada será o aumento da dívida pública e privada. “Essa elevação do endividamento tenderá a reduzir o crescimento estrutural da economia neste e nos próximos anos”, aponta o documento. “Precisaremos reduzir a relação dívida/PIB. Isso já era necessário antes da crise e será um dos alicerces fundamentais após”, complementou Teles. No lado privado, apontou, as empresas mais endividadas teriam dificuldades de tomar novos créditos para financiar seus negócios e investimento.

Na questão do endividamento público, a equipe econômica reforçou o coro para deixar claro que a alta de gastos que ocorre agora precisa ser vista como temporária. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues destacou que o país está gastando cerca de 5% do PIB em medidas fiscais para enfrentar o coronavírus, mais do que o observado na média dos emergentes e ligeiramente acima da média das nações avançadas. “O esforço é para que gasto não seja estendido por outros anos”, afirmou o secretário.

“Temos posição de assertividade de governo em agir, mas sem necessariamente aumentar o gasto”, disse ele, reforçando a diretriz de “transitoriedade” da despesa contra o coronavírus e a necessidade de retomada da agenda de reformas. Waldery reforçou o compromisso com o teto de gastos e disse que eventual aumento no investimento público será feito cortando despesas de outros lugares. “O teto já era a âncora, agora é uma super-âncora.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

Governos têm medo do avanço do vírus no Brasil

Por Assis Moreira e Cibelle Bouças — De Genebra e São Paulo

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



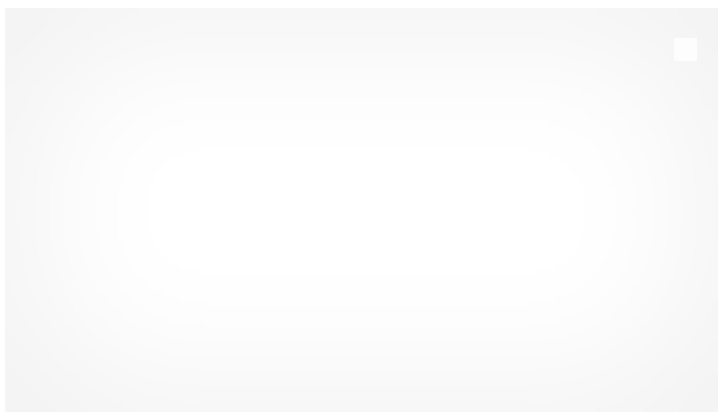
Peter Cerdá, da Iata, disse ao Valor que países têm “medo do que há no Brasil, de (número de) casos subindo” — Foto: Divulgação

Enquanto a América do Norte, Europa e Ásia se movem para retomar o transporte aéreo, na América Latina governos estendem medidas de restrições e “ a razão é o Brasil”, segundo Peter Cerdá, vice-presidente para as Américas da IATA, associação que reúne cerca de 300 companhias aéreas no mundo. “A razão de estender (as restrições) por alguns países é pelo medo do que há no Brasil, de (número de) casos subindo”, disse o executivo ontem ao **Valor**.

“O Brasil pode reativar (as operações), mas os vizinhos, os Estados Unidos, podem restringir os voos do Brasil por (acharem) que não há uma boa coordenação, porque o Brasil não estaria cumprindo com certas obrigações internacionais”, disse Cerdá.

A IATA convidou o Brasil para integrar um grupo de 20 países para implementação de medidas internacionais, “porque o vemos como país importante na região e porque tem conectividade a nível mundial”. Ele nota que nos primeiros seis a oito meses da retomada dos voos, o setor aéreo vai precisar dar confiança aos cidadãos para poderem viajar dentro e fora do país. Ou seja, “os brasileiros e os estrangeiros não viajarão se eles não se sentem confortáveis de que não foram tomadas as medidas necessárias de que os riscos de contágio são mínimos”.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

No Brasil, o número de infectados e mortos vem subindo e o presidente Jair Bolsonaro continua minimizando e atuando contra orientações internacionais na área da saúde.

Na América Latina, somente três países mantêm voos domésticos e internacionais: Brasil, México e o Chile com algumas restrições. No Brasil, só entre 7% e 9% a malha continua operando.

“Muitas companhias internacionais já disseram que, quando se reativem as operações, a linha aérea vai ser menor, mais concentrada e mais conservadora”, disse.

Na avaliação da IATA, em 2025, o setor aéreo global ainda será 10% menor do que era no ano passado. A previsão leva em conta projeções para a economia global feitas recentemente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O economista-chefe da IATA, Brian Pearce, disse ontem que o setor aéreo apresentou nos últimos anos um desempenho um pouco abaixo da economia global. “Essa defasagem no ritmo de crescimento do setor deve permanecer após a pandemia”, disse o executivo.

A IATA estima que o setor aéreo irá se recuperar primeiro no segmento de voos domésticos e, mais tarde, em voos internacionais. A associação estima que o mercado de voos domésticos não voltará aos níveis de 2019 antes de 2022. A recuperação do mercado de voos internacionais virá depois disso.

Pearce observou que ainda não existe uma padronização nas medidas de segurança sanitária adotada nos diferentes países para reduzir os riscos de contaminação nos aeroportos e durante os voos. A falta de padrão é um fator que inibe os consumidores a voltar a voar.

Poucas companhias aéreas no mundo podem seguir operando na situação atual, observou Cerda. As empresas têm em geral entre dois e três meses de liquidez. Até o momento, na América Latina, apenas a Avianca Holdings pediu proteção contra credores. Os governos de Brasil, Colômbia, Chile estão socorrendo o setor. No México, a ajuda está pendente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera em Bahia pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.
EXTRATO VMD³



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... ver mais

Inflação baixa antecipa fim do teto

Cenário mostra que será precisos cortar ainda mais investimentos da União e custeio da máquina

14/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Teto mais baixo

Efeito da variação de 0,1 p.p. no IPCA em limite de despesas, em R\$ bi

	2020	2021	
Poder/órgão	Limite de despesas sujeitas à EC nº 95*	Variação de 0,1 p.p. do IPCA no limite	Projeção do limite de despesas sujeitas à EC nº 95**
Poder Executivo	1.391,955	1,392	1.436,916
Poder Legislativo	12,570	0,013	12,976
Poder Judiciário	43,267	0,043	44,665
Defensoria Pública da União	0,548	0,001	0,565
Ministério Público da União	6,606	0,007	6,819
Total	1.454,946	1,455	1.501,941

Fonte: STN/ME - Anexo de Riscos Fiscais do PLDO para 2021. *Considera os efeitos do Acórdão TCU 362/2020 que determina a inclusão de R\$ 399,3 milhões à base de cálculo do Teto de Gastos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, em decorrência de vícios da Medida Provisória 711/2016 ao tratar a despesa corriqueira de auxílio-moradia como crédito extraordinário. ** Projeção com base no valor estimado para a variação do IPCA (3,23%) presente na grade de parâmetros da SPE que embasou a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021.

A manutenção do teto de gastos nos próximos anos, tão desejada pelo governo, enfrentará uma dificuldade adicional, que não estava prevista. Com a recessão econômica em curso no Brasil e no mundo, provocada pela pandemia da covid-19, a inflação vai cair muito. E inflação mais baixa significará um teto ainda mais apertado.

A Emenda Constitucional 95/2016, que criou o limite para as despesas da União, determinou que o valor do teto de gastos será corrigido, anualmente, pela inflação. Para 2021, o índice a ser aplicado é o IPCA acumulado de julho de 2019 a junho deste ano.

Limite para as despesas terá correção abaixo de 2%

Por causa da recessão econômica, o Brasil vive um momento de deflação, ou seja, os preços estão caindo, em vez de subindo. Em abril, o IPCA caiu 0,31%. Para maio, o mercado projeta nova deflação, de 0,35%. Para junho, a taxa esperada é próxima de zero. Se as previsões se confirmarem, o índice em 12 meses acumulado até junho ficará abaixo de 2%.

Uma estimativa feita pelo Tesouro Nacional, que consta do anexo de riscos fiscais ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para 2021, estima que o desvio de 0,1 ponto percentual do IPCA provoca uma variação de R\$ 1,455 bilhão no limite de despesa. Para uma variação de 1% do IPCA, o impacto no teto será de R\$ 14,55 bilhões (*ver tabela acima*).

No anexo, o governo projeta um valor de R\$ 1,502 trilhão para o limite das despesas no próximo ano. O valor foi estimado com base em uma inflação de julho de 2019 a junho de 2020 de 3,23%. Com isso, o espaço para gastos no próximo ano subiria R\$ 47 bilhões, em comparação com o teto fixado para 2020.

Se a inflação que corrigirá o teto para 2021 ficar mesmo abaixo de 2%, o limite para as despesas da União no próximo ano aumentará menos de R\$ 30 bilhões. Nessa margem adicional não caberá sequer o aumento das despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários previsto para o próximo ano. Essas despesas apresentam um crescimento vegetativo anual entre 2,5% e 3,5%, acima, portanto, do índice de correção do teto.

Este é o problema que o governo terá que enfrentar logo em seguida, ao elaborar a proposta orçamentária de 2021, que será encaminhada ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto. Ele terá de obedecer o limite para as despesas. O cenário mostra que será necessário cortar ainda mais os investimentos da União e o custeio da máquina administrativa, as chamadas despesas discricionárias.

Quando enviou o PLDO para 2021 ao Congresso, o governo estimou que teria que cortar as despesas discricionárias dos R\$ 120 bilhões previstos para este ano para R\$ 103,1 bilhões. Com um teto menor, por causa da queda da inflação, as despesas discricionárias ficarão, provavelmente, abaixo dos R\$ 90 bilhões, o que poderá paralisar várias atividades e investimentos do governo - o chamado "shutdown".

A forte queda da inflação por causa da pandemia antecipa um problema que o governo previa só para 2022 ou 2023, quando as despesas discricionárias cairiam para um patamar incompatível com a manutenção das atividades normais da administração pública. Ou seja, os dados indicam que o governo pode não ter condições de cumprir o teto de gastos já no próximo ano.

Para a elaboração da proposta orçamentária de 2021, há questões que ainda são nebulosas. A atual situação de pandemia acabará mesmo no 31 de dezembro de 2020, como previsto no decreto legislativo? O auxílio de R\$ 600 será mantido no próximo ano? É bom lembrar que todas as despesas relacionadas com o combate à covid-19 foram pagas por meio de créditos extraordinários e, portanto, não poderão constar da proposta orçamentária.

É muito provável que o governo retome, já no segundo semestre deste ano, a discussão pública sobre a mudança do teto de gastos, com o desenho de um novo arcabouço de regras fiscais para vigorar no país. As regras atualmente existentes (metas fiscais e "regra de ouro") não têm mais significado prático.

A discussão sobre o novo arcabouço de regras fiscais para o Brasil existia antes da pandemia, com as PECs 186 e 188, ambas do ano passado, que estavam sendo apreciadas pelo Senado. Aquelas propostas serão alteradas, incluindo mudanças também no teto de gastos?

Qualquer que seja o novo desenho, o governo não poderá abrir mão de um controle sobre o crescimento das despesas públicas. Esse é o ponto central em toda a discussão. Há diversas fórmulas de como isso poderá ser feito. A sociedade não pode esquecer que foi justamente o aumento continuado dos gastos públicos ao longo de décadas, muito acima do crescimento da economia, que levou o país à situação de grave desequilíbrio fiscal.

A discussão ocorrerá em um momento particularmente delicado, pois, desde 2014, o setor público está com suas contas no vermelho. Além disso, a União deverá fechar este ano com déficit primário superior a R\$ 600 bilhões. O governo, portanto, terá que demonstrar o seu compromisso com o reequilíbrio de suas contas.

Ribamar Oliveira é repórter especial escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você também está cometendo o erro de comer cúrcuma?

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania

DISPONÍVEL NO GOOGLE PLAY | SLOMANIA APP

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última

HAPPYREAD

LINK PATROCINADO

Quem nunca pensou em tentar tocar violão ou guitarra, chegou a hora de aprender.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Médico: "Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)"

DR. RAFAEL FREITAS

Jovens mais pobres são vulneráveis à covid-19

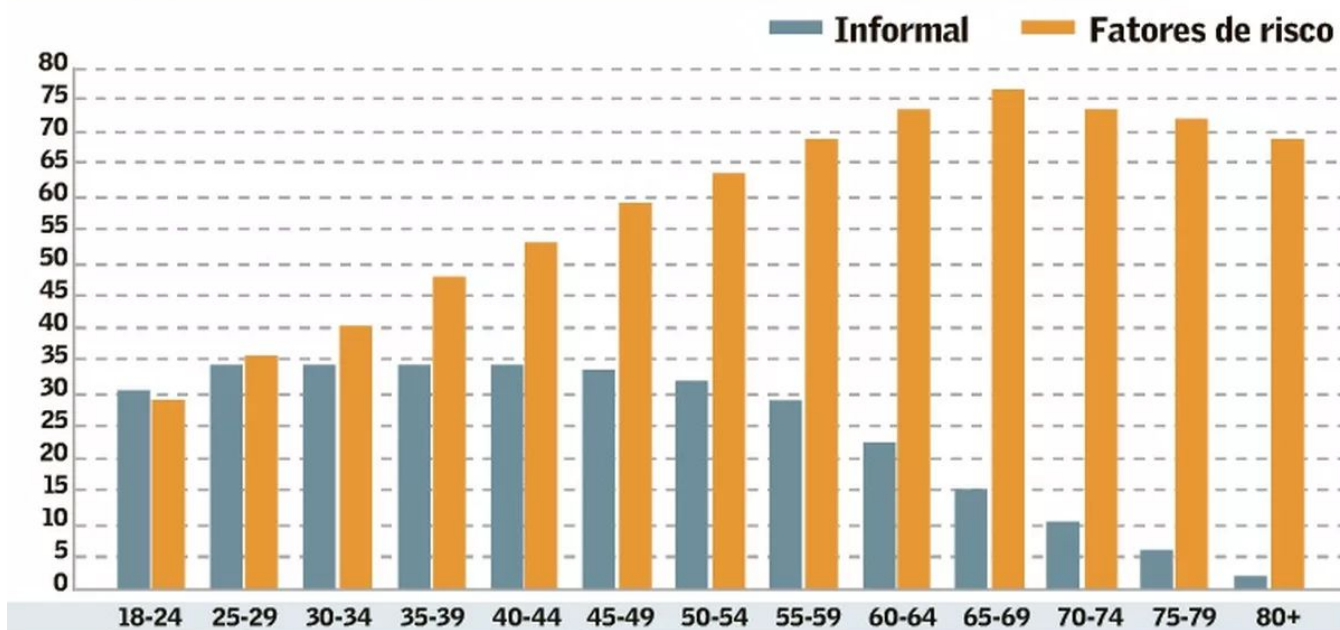
Estudos destacam fatores de risco nessas faixas de idade e de renda

Por Leila Souza Lima — De São Paulo

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Vulnerabilidade em saúde x econômica

Cenário para indivíduos com ensino médio incompleto (em %)



Fonte: Elaboração Ieps com dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e da Pnad Contínua

Brasileiros em idade ativa, principalmente pobres, também estão vulneráveis à covid-19, diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social. Segundo ele, em boa parte, os jovens daqui estão mais desprotegidos frente à pandemia que os de outras nações que vêm enfrentando a crise - em geral onde idosos são o grupo de maior vulnerabilidade. No Brasil, porém, os mais moços foram os “grandes perdedores” da mais longa recessão da história.

“De maneira geral entre os jovens, a renda da metade mais pobre caiu 24,24%, ante queda de 14,66% da média geral. A depender da evolução da pandemia no Brasil, esses aspectos podem estabelecer diferenças importantes em relação aos países que estão enfrentando a mesma crise, tanto pelo dado da distribuição de renda quanto da organização urbana”, afirma o economista, ex-ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Os números reportam os primeiros resultados do “Atlas das Juventudes”, que será lançado em sua versão completa em breve, explica ele. Neri ressalta que o Brasil não só viveu uma grande recessão, como foi seguida de recuperação muito lenta que ainda estava em progresso, diferentemente do resto do mundo. Isso se tornou uma barreira principalmente para jovens que precisam ser inseridos ou se manter no mercado de trabalho.

“Além disso, o Brasil tem como outra fragilidade suas favelas e periferias, que são áreas densamente ocupadas sem qualquer infraestrutura urbana, além de habitadas, em maioria, por jovens. Todas essas condições reunidas contribuem para os fatores de risco”, destaca ele. “Quando nos voltamos para esse lado da crise pandêmica e de saúde que interage com a economia, vemos também como ponto vulnerável o grande grupo perdedor da retração do crescimento.”

Neri observa que o isolamento social visa proteger acima de tudo os idosos, mas prejudica - “por bons motivos, diga-se de passagem”, frisa ele - os jovens que não conseguem trabalhar ou estudar. “Há uma redistribuição intergeracional na resposta a pandemia.”

A pesquisa Juventude e Trabalho, coordenada pelo economista, aponta que a população entre 15 e 29 anos, principalmente os mais pobres, foram os mais prejudicados na distribuição da renda durante a recessão. De 2014 a 2019, embora os dados de 2019 ainda não estejam de todo fechados - e mesmo com a redução de desemprego nesse último ano -, esses brasileiros perderam em média 14% de renda do trabalho.

Na comparação por grupos sociais - e aí Neri inclui mulheres, negros, nordestinos, trabalhadores rurais, estratos tradicionalmente excluídos ou em desvantagem

econômica -, os números mostram que a renda do grupo etário até os 30 anos caiu 24,24%.

“Essa pandemia chega ao Brasil num contexto complexo, com o organismo econômico debilitado e os jovens mais pobres ainda”, diz o economista. De 2014 a 2018, a renda média do brasileiro caiu 2% no acumulado. Já os rendimentos dos 5% mais pobres recuaram 39% nesses quatro anos - uma queda muito mais profunda do que a da renda média geral, aponta Neri.

Estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) mostra como os diferentes perfis de vulnerabilidade da população brasileira à covid-19, no tocante às condições de saúde, econômicas e de habitação, adicionam complexidade no desenho de ações de enfrentamento à doença e também transcendem a questão etária. Em particular, diz Letícia Nunes, pesquisadora em economia da saúde no Ieps, está a questão de como e quando flexibilizar medidas de distanciamento social.

“É importante caracterizar como as vulnerabilidades se distribuem na população. Um dos principais pontos do estudo é mostrar que a covid-19 não atinge de forma mais grave apenas os idosos, que tendem a ser o primeiro grupo que pensamos em termos de fragilidade à doença”, pontua ela, autora ao lado de Rudi Rocha (Ieps e FGV) e Gabriel Ulyseu (Ieps).

No levantamento, o Ieps aponta que fatores de risco como doenças crônicas, obesidade e tabagismo acometem mais de 40% da população com idade inferior a 60 anos. “São pessoas que também estão sujeitas a desenvolver quadros mais graves da covid. Infelizmente, temos visto no Brasil incidência alta de fatalidades e complicações entre os mais jovens. Além disso, esses fatores de risco são ainda mais presentes na população de menor escolaridade. Para quem tem até o ensino médio incompleto, a ocorrência dessas condições aumenta em 10%”, diz Letícia.

Para ela e os colegas do Ieps que se debruçaram sobre os números da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e da Pnad Contínua, o embasamento com informações de qualidade é crucial para desenhar e implementar estratégias de reabertura da economia. A informalidade também é destaque na análise do Ieps, já que a população mais jovem tem percentual maior de trabalho sem vínculo. Ao se observar essa distribuição por idade, há um padrão que se mantém estável entre os

18 e 59 anos, variando entre 30% e 34% para aqueles que não completaram o ensino médio. Para os que concluíram essa etapa de estudos, a taxa de informalidade fica entre 20% e 25%. Já a partir dos 60 anos, há uma queda acentuada e contínua na prevalência de informais, o que é compreensível tendo em vista a menor participação do grupo no mercado de trabalho.

“Mostramos ainda a distribuição das vulnerabilidades por Estados. Os que possuem uma situação mais preocupante são os do Norte do país, como Amazonas, Amapá e Pará. Têm tanto percentual alto de fatores de risco quanto de informalidade. Nesses locais, 43% ou mais da população são idosos, portadores de doenças crônicas, obesos, são ou foram fumantes, e ao menos 30% são informais. E além disso, esses Estados têm leitos de UTI abaixo do mínimo necessário para atender à população em condições normais”, destaca Letícia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não tenha dores nas articulações na terceira idade, use isto 2x ao dia!

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última

HAPPYREAD

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Quem nunca pensou em tentar tocar violão ou guitarra, chegou a hora de aprender.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Cientista: novo composto auxilia nas rugas e marcas de expressão

SKINCAPS

Manter ajuda de R\$ 600 além de 2020 não é recomendável, afirma secretário

Diretriz oficial é manter as medidas de combate à pandemia que têm impacto fiscal restritas ao ano de 2020

Por **Lu Aiko Otta e Fabio Graner** — De Brasília

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Diante do risco de aumento do desemprego estrutural, o governo colocou no radar uma revisão de programas de assistência social. No entanto, não considera adequado tornar permanente o auxílio emergencial de R\$ 600. Não está descartado, porém, discutir um novo formato para ele.

“O que temos de fazer é fortalecer a rede de assistência social”, disse ontem o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. Como não será possível elevar os gastos públicos, a solução será realocar, ou seja, utilizar recursos de programas que não são eficientes e destiná-los aos que são eficientes.

O secretário não apontou exemplos de nenhum dos dois casos. Avaliações recentes realizadas pelo Banco Mundial apontam, por exemplo, que o Simples é um programa caro em termos de renúncia fiscal e pouco efetivo para formalizar empresas. Já o Bolsa Família é apontado como exemplo de programa eficiente e bem focado.

O auxílio emergencial é um programa que consome, por mês, o equivalente a um ano de Bolsa Família. Das medidas adotadas pelo governo para combater os efeitos da crise, é o que tem maior impacto fiscal: R\$ 124 bilhões, dos quais R\$ 36 bilhões já foram distribuídos. “Parece-me evidente que não é recomendável a continuidade desse tipo de programa”, afirmou o secretário.

“Extensão ou reformatação, no tempo devido, será analisada”, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, ao comentar o auxílio emergencial e seu eventual encerramento. A diretriz, porém, é manter as medidas de combate à pandemia que têm impacto fiscal restritas ao ano de 2020.

Nos bastidores, há preocupação de integrantes da equipe econômica com o surgimento de pressões políticas para prorrogar ou mesmo perenizar algumas das políticas adotadas em razão da crise. Há receio que o atendimento a esses pedidos poderia enviar um sinal de abandono da busca do equilíbrio fiscal estrutural. Isso derrubaria um pilar da estratégia econômica do governo, de ajuste das contas e redução do Estado.

Na terça-feira, o **Valor** trouxe declarações do secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa, de que algumas políticas criadas na crise podem ser mantidas. O auxílio emergencial, disse ele, está alinhado com a agenda liberal do governo. No entanto, sua manutenção dependeria de decisão do Ministério da Cidadania e da consideração de vários outros elementos, sendo o cenário fiscal o mais importante deles.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você também está cometendo o erro de comer cúrcuma?

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última

HAPPYREAD

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Quem nunca pensou em tentar tocar violão ou guitarra, chegou a hora de aprender.

Ministério eleva tom sobre gravidade da crise e mostra cenário sombrio

Equipe econômica indicou a dramaticidade com que enxerga a situação do país nos próximos meses e para os anos seguintes

Por **Fabio Graner** — Brasília

14/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia não apenas apresentou um número mais sombrio para o desempenho da atividade econômica neste ano. Elevou também o tom da dramaticidade com que enxerga a situação do país nos próximos meses e para os anos seguintes.

Com a indústria caindo 15% e os serviços recuando 6% no segundo trimestre, só para ficar nos mais importantes, uma leva de falências e disparada do desemprego no curto prazo foi o desenho apresentado pela equipe liderada pelo secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. E isso levará, segundo ele, à destruição da capacidade de crescimento de longo prazo, que já não era grande coisa mesmo antes da crise - o time atual da Economia não enxergava o potencial de expansão acima de 2,5% antes desse choque.

Assim, o cenário-base de recuperação joga a volta para o nível pré-crise apenas para 2022. Nas palavras do subsecretário Vladimir Kuhl Telles, a crise é "severa, com recuperação lenta e impacto permanente de longo prazo". E a dimensão desse impacto estrutural dependerá, no entendimento da atual equipe, da manutenção da política de austeridade vigente antes da crise.

Não foram poucas as repetições pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, de que as medidas fiscais de combate à crise têm que se circunscrever a

2020, embora ele tenha deixado alguma porta aberta para continuar com o apoio estatal, caso o decreto de calamidade seja estendido para além de 31 de dezembro deste ano.

A equipe econômica bate o pé em manter o investimento público dentro dos limites do teto de gasto, mesmo com o juro (e o custo de oportunidade do investimento) tendo despencado, sob o argumento de que mexer na agora “super-âncora” significaria juros mais altos e menor crescimento. Discussão que será crescente, ainda mais a se confirmar o quadro econômico apresentado pela própria pasta.

Embora tenha dito que não faz críticas às políticas de isolamento social, Sachsida deixou claro que cada semana de extensão delas poderá derrubar em R\$ 20 bilhões o PIB - ou 0,7 ponto percentual de PIB a cada duas semanas. E com crescentes repercussões de longo prazo. Assim, 4,7% de queda no PIB pode significar um tombo de 5,5% se as quarentenas forem até meados de junho. E pode cair mais.

É, inegavelmente, um enorme choque. Que, mesmo com as ressalvas da SPE de que não critica as medidas sanitárias, pode ser mais um argumento a ser usado pelo presidente Jair Bolsonaro, que não disfarça seu desprezo às ações conduzidas pelos governos estaduais, com apoio ainda não retirado do Ministério da Saúde.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você também está cometendo o erro de comer cúrcuma?

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre aonde ele vai, desaba em lágrimas!

FACTS2GO

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última

HAPPYREAD

No Rio, ICMS cede 31% e acende alerta para folha de setembro

Expectativa é que queda em maio seja ainda maior

Por **Gabriel Vasconcelos** — Do Rio

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A crise provocada pelo avanço da covid-19 fez a principal fonte de arrecadação do governo do Rio, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), despencar 31% nas oito semanas entre 1º de março e 25 de abril em comparação com igual período imediatamente anterior. Para 2020, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio (Sefaz/RJ) projeta uma perda de 26% no tributo.

Os números complicam a situação dos já combalidos cofres fluminenses, ligando de vez o alerta sobre o risco de não pagamento da folha de servidores a partir de setembro.

Como valores de ICMS só ingressam no caixa do Estado a partir do dia 10 do mês seguinte, os efeitos da crise iniciada em meados de março recaíram sobre abril: números preliminares da Sefaz-RJ indicam que a arrecadação de abril ficou R\$ 610 milhões abaixo do montante percebido com ICMS no mesmo mês de 2019.

Para maio, o governo estima perda bem maior, de R\$ 1,3 bilhão ante igual mês de 2019. A escalada é explicada pelo fato de este ser o primeiro cujo mês anterior experimentou a política de isolamento social em todos os seus dias. A Sefaz-RJ informa que os valores de ICMS relativos a cada semana caíram do patamar de R\$ 1 bilhão para a casa dos R\$ 700 milhões.

O relatório parte de notas fiscais eletrônicas e Conhecimentos de Transporte Eletrônicos (CT-e), documento fiscal emitido por empresas transportadoras de mercadorias. A série de oito semanas alterna altas e baixas na quantidade e valor das notas, além do ICMS arrecadado, mas aponta claro rebaixamento de todos os itens.

Na análise por atividade, o comércio atacadista teve queda de 37% no valor das notas fiscais nas oito semanas entre 1º de março e 25 de abril, ante igual período imediatamente anterior. Já no varejo, os negócios registrados em notas fiscais encolheram 41% na mesma comparação.

O ramo mais afetado no Rio foi o de vestuário e calçados, cujo valor das notas fiscais despencou 82% no período. Em seguida, vêm restaurantes, bares, padarias e lanchonetes, com redução de 71% nas declarações. Houve recuos, ainda, nos valores de nota fiscal em supermercados (-27%) e em farmácias (-19%). No caso da indústria fluminense, houve queda de 43% no valor das operações registradas em notas fiscais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você também está cometendo o erro de comer cúrcuma?

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última

HAPPYREAD

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação

DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Quem nunca pensou em tentar tocar violão ou guitarra, chegou a hora de aprender.

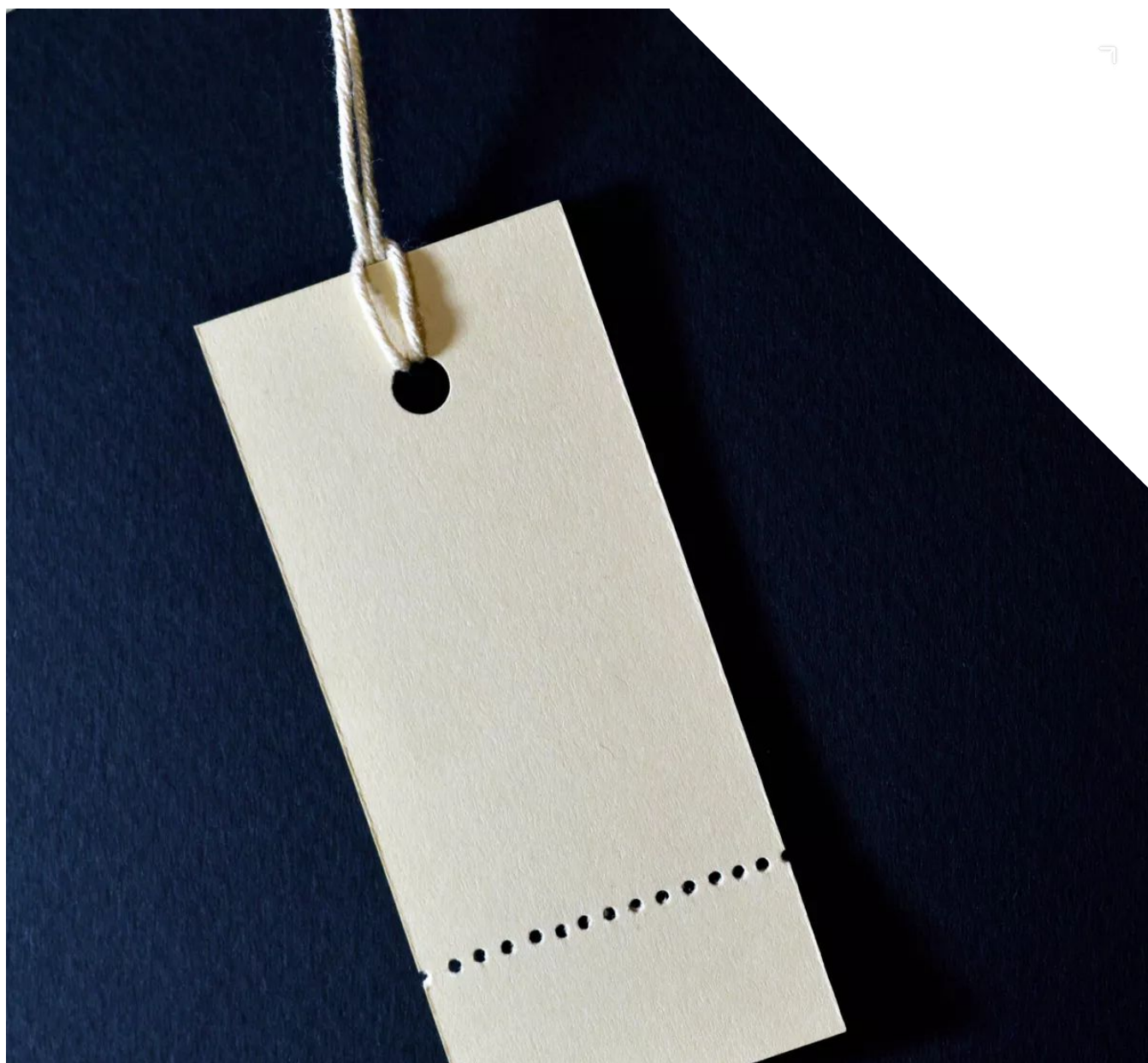
GUITAR ACORDES

Os projetos sobre regulação de preços e o papel do Cade

Manter o melhor ambiente concorrencial é vital para uma recuperação robusta e duradoura

Por Alexandre Barreto e G. Resende

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





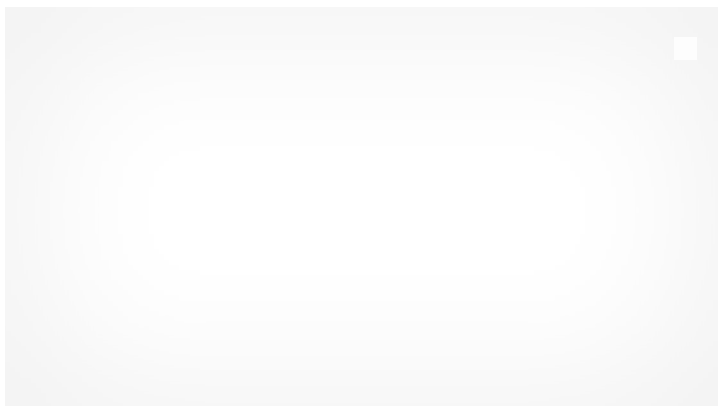
— Foto: Crédito: Pixabay

A agenda de discussão de políticas públicas encontra-se centrada nos caminhos para o enfrentamento da pandemia de covid-19 em suas diversas frentes. Na seara econômica, os impactos da crise nas cadeias de produção e distribuição, na demanda e na liquidez requerem uma ação rápida, coordenada e decisiva tanto do poder público quanto do setor privado no sentido de tentar mitigar e mais à frente reverter, o quanto antes, seus efeitos, sob pena de se solapar as economias nacionais sob forte recessão.

A pauta também ganhou prevalência nas discussões das rodas acadêmicas e dos corpos técnicos dos órgãos estatais incumbidos, dentre as atividades de efetivação de políticas públicas, de prover sinais indutores de estímulos à sociedade e ao mercado, com o objetivo de conferir previsibilidade sobre os efeitos jurídicos das relações privadas e, conseqüentemente, segurança jurídica ao mercado.

Congelamento de preços, mesmo que momentâneo, pode levar à concentração de mercado, com conseqüências nefastas

PUBLICIDADE



Nesse contexto, importante destacar a atuação do Cade em relação à advocacia da concorrência. O Cade tem apontado, por meio de notas técnicas, suas preocupações em relação a algumas propostas legislativas que buscam congelar ou estabelecer preço teto de produtos essenciais no combate à pandemia. Neste período de crise, é importante ter cuidado com soluções aparentemente fáceis e diretas.

A economia comportamental nos ensina que a tomada de decisão com maior reflexão de suas consequências é o melhor caminho neste momento. Daniel Kahneman, Prêmio Nobel de Economia em 2002, mostra, por meio de diversas pesquisas, que temos duas formas de pensar: a primeira responde de maneira rápida, intuitiva e é guiada pelas emoções; a segunda funciona de maneira mais lenta e ponderada. O esforço que temos que fazer agora é utilizar a segunda forma de pensar para tomar decisões baseadas na análise de teoria e evidência empírica.

O Cade tem buscado jogar luz sobre propostas legislativas que podem aparentar, no primeiro momento, soluções para combater o aumento de preço de itens essenciais ao enfrentamento da pandemia (como, por exemplo, medicamentos, máscara e álcool em gel), mas que geram, na verdade, distorções e ineficiências em todo o sistema econômico e prejudicam, em última instância, os consumidores. A ideia de congelamento de preços, por exemplo, é ruim por vários motivos e acaba por gerar efeito oposto ao que se pretende.

Um congelamento de preços atinge as empresas em diferentes estratégias de precificação e, conseqüentemente, lucratividade. Empresas que estejam rivalizando antes do congelamento e vendendo produtos a preços baixos serão as que poderão sentir, de forma mais intensa, uma elevação de custos, podendo ir à falência e aumentando, assim, as chances de um desabastecimento. Nessa hipótese, medidas de congelamento de preços, mesmo que momentâneas, podem ter como efeito a concentração de mercado com conseqüências que podem ser duradouras e nefastas para o ambiente concorrencial. Outro risco do congelamento é o de não remunerar corretamente a venda de mercadorias e assim afetar questões de qualidade e conservação adequada dos produtos.

A imposição de um preço teto pode gerar problemas similares, com algumas exceções, tendo em vista suas justificativas econômicas. Entre as exceções estão os

mercados regulados. Importante notar que já existe regulação de preço teto de medicamentos no Brasil, não sendo necessário o congelamento de preços.

É bem verdade que tal regulação pode ser aprimorada. Basta investigar algumas distorções na definição dos preços tetos de alguns fármacos. Também neste mercado, um congelamento de preços viria a premiar produtores, distribuidores ou farmácias que estejam com preços no limite do preço teto, tendo, assim, um incentivo de longo prazo contra estratégias que precifiquem fármacos a níveis baixos de lucratividade, pois as empresas nunca saberão se, no futuro, poderão ser surpreendidas com medidas semelhantes.

Portanto, após o término do congelamento, o preço de todos os medicamentos, atualmente já regulado, poderia servir como um ponto focal para as empresas se precaverem de uma possível futura intervenção estatal. O resultado já sabemos: preços mais altos, com pouca variabilidade, similar a um mercado cartelizado.

Mesmo em tempos de crise, preços livres têm efeitos benéficos para a sociedade porque chamam a atenção dos ofertantes para ajustar a produção, a distribuição e a oferta de determinados produtos. Foi o que ocorreu, por exemplo, no caso do mercado de álcool em gel - em face do aumento da demanda o mercado rapidamente se ajustou e temos a resposta na ponta da oferta e gradativa volta à normalidade na disponibilidade do produto. Um congelamento de preços desse produto há um mês teria levado ao desabastecimento e ao florescimento do mercado paralelo.

Preços livres fazem ainda com que os consumidores interiorizem corretamente o custo social de se consumir uma unidade adicional do produto em questão. Isto não impede que o regulador concorrencial atue como “árbitro” em casos específicos para evitar a abusividade nos preços - um conceito difícil de tratar na prática, mas que, a partir de uma investigação do caso concreto, torna possível a tomada de uma decisão razoável. Não bastasse o breve exercício teórico que fizemos aqui, existe uma ampla evidência empírica de casos de fracasso de congelamento e tabelamento de preços, como a própria história recente brasileira ou dos nossos vizinhos, Argentina e Venezuela, para não irmos muito longe.

É preciso ter em mente que manter o melhor ambiente concorrencial possível é vital para uma recuperação econômica robusta e duradoura. Neste momento, nossas escolhas de políticas públicas devem continuar a se pautar pelas melhores teorias e evidências empíricas disponíveis. E buscá-las em nossas mentes não é tão demorado assim. Por fim, é bom lembrar o que Jean Tirole, Prêmio Nobel de Economia em 2014, continua a dizer durante este momento de pandemia: “O Estado deve ser um árbitro, um regulador, não um ator”.

Alexandre Barreto e Guilherme Mendes Resende são, respectivamente, presidente e economista-chefe do Cade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre o motivo, começa a chorar!
FACTS2GO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera em Bahia pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Faça isso 2x ao dia e acabe com elas.
EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

25 Anos após morte de Ayrton, Xuxa decide fazer revelação
DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Médico: “Fazer isso todas as manhãs pode recuperar a pele flácida (sem cremes)”
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Febre em Salvador distribuição de amostras de creme para melasma
BEAUTY CLEAN

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Presidente da Câmara quer ampliar reforma tributária

Maia diz que tema volta ao debate “em poucas semanas”

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem ao **Valor** que o debate sobre a reforma tributária será retomado nas próximas semanas e que um texto “ainda mais amplo” precisa ser aprovado após a pandemia para acelerar a recuperação econômica e diminuir o custo para a sociedade pagar a dívida criada para enfrentar a covid-19. “Se a reforma não andar, o pós-pandemia será um caos para o Brasil”, disse.

Ao participar do lançamento virtual do livro “Tributação 4.0”, Maia afirmou que a votação é um grande desafio e que a discussão sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45 será retomada “dentro de algumas semanas” e de forma ampliada. “Em algumas semanas vamos voltar com o debate sobre a proposta que está colocada, mas certamente a discussão sobre o sistema tributário como um todo será um pouco mais complexa e mais relevante”, disse.

A PEC 45 promove a união de impostos federais, estaduais e municipais (PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS) sobre o consumo de bens e serviços - e se tornou alvo de ataques de empresas do setor de serviços pelo aumento da carga tributária dessas atividades para compensar a redução para a indústria. “Temos um debate sobre a tributação dos impostos de bens e serviços na Câmara. A gente não sabe se depois da pandemia esse é o debate, mas não tenho dúvida nenhuma que o debate da

reforma do sistema tributário será fundamental para que o Brasil consiga sair com alguma força dessa crise”, disse.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

Maia destacou que o endividamento público crescerá muito por causa do enfrentamento à covid-19 e que as reformas serão ainda mais importantes por aumentarem a confiança dos investidores e das empresas. Quanto mais rápido o país crescer, afirmou, menor será o custo para a sociedade (já que o crescimento poderá ser usado para diminuir a dívida, que alcançará mais de 90% do Produto Interno Bruto). Ele já vinha afirmando, nas últimas semanas, que a reforma administrativa do serviço público terá que ser repensada.

O relator da reforma tributária no Congresso, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também defendeu que o momento após a pandemia tornará ainda mais importante o projeto. “Em três meses praticamente já consumimos toda a economia prevista com a reforma da Previdência”, frisou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre o motivo, começa a chorar!

FACTS2GO

STF confirma flexibilização da LRF e da LDO na pandemia

Por 10 votos a 1, tribunal ratifica liminar que permite flexibilizar as duas leis durante a crise de saúde

Por **Luísa Martins** — De Brasília

14/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem a liminar que permitiu uma flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enquanto durar a pandemia de covid-19 no país. O placar foi de 10 votos a 1.

Apesar de o plenário ter referendado a cautelar concedida em março pelo ministro Alexandre de Moraes, ficou decidido que a ação será extinta - isto é, seu mérito não será julgado futuramente devido à perda de objeto.

Isso porque o Congresso Nacional acabou por aprovar o chamado “Orçamento de Guerra”, separando os gastos públicos na pandemia das despesas previstas pelo Orçamento geral da União.

Para a maioria dos magistrados (ficou vencido apenas o ministro Marco Aurélio Mello), deve permanecer válido o afastamento da norma que exigiria a demonstração de adequação orçamentária para a criação e expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da covid-19. A decisão vale para todos os entes da federação que tiverem decretado estado de calamidade pública.

“O surgimento da pandemia representa condição superveniente imprevisível e de consequências gravíssimas, que afetará, drasticamente, a execução orçamentária

anteriormente planejada, exigindo atuação urgente e coordenada de todas as autoridades, tornando impossível o cumprimento de determinados requisitos legais compatíveis com momentos de normalidade”, disse Moraes, relator da ação ajuizada pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Último a votar, o presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, afirmou que a decisão traz segurança jurídica e aproveitou para elogiar a aprovação da PEC do “Orçamento de Guerra” no Legislativo. “Segregar o orçamento de emergência do normal trouxe proteção à LRF, que foi um ganho civilizatório para o Estado brasileiro e para as finanças públicas.”

Além do relator e do presidente, votaram desse modo os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Especificamente sobre a extinção da ação sem resolução de mérito, Fachin discordou.

A AGU comemorou a decisão. Para o órgão, que faz a defesa do governo federal na Justiça, a pandemia tornou inviável a observação de alguns artigos da LRF. Além da regra sobre a adequação à legislação orçamentária em vigor, fica dispensada a demonstração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício atual e nos dois subsequentes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você também está cometendo o erro de comer cúrcuma?

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Menino de oito anos some todas as noites — quando seu pai descobre aonde ele vai, desaba em lágrimas!

FACTS2GO

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última